



PORTUGAL DEMOCRATICO

ANO VIII — N.º 78 — SÃO PAULO, DEZEMBRO DE 1963 — Redação: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191 S/2 — CAIXA POSTAL N.º 4.469

DEMOCRATAS PORTUGUESES DIRIGEM-SE ÀS N. UNIDAS



U Thant, secretário geral das Nações Unidas

Com data de 25 de Novembro, os Democratas Portugueses da America, através das organizações que os representam, enviaram à XVIII sessão da Assembléa Geral das Nações Unidas o Memorial que abaixo transcrevemos. O importante documento foi encaminhado por intermédio do secretário geral, sr. U Thant, a quem a Comissão Executiva da Unidade Democrática Portuguesa endereçou a seguinte carta:

"Entre os problemas constantes da ordem do dia da XVIII sessão da Assembléa Geral das Nações Unidas e que neste momento são objeto de debate geral figuram os que dizem respeito aos países africanos submetidos ao domínio colonial português. Não podem os democratas portugueses da America — Continente onde vivem mais de dois milhões de emigrantes portugueses — permanecer indiferentes à marcha e aos resultados desse debate, certos como estão de que ele se processará em grande parte em torno da recusa do governo de Lisboa em reconhecer o direito à autodeterminação e à independência das colônias que mantem em Africa.

É nesse sentido que, dentro da mesma linha que, a 5 de novembro de 1961, levou a Unidade Democrática Portuguesa a dirigir-se a V. Exa., entendemos, no quadro de uma unidade mais ampla, ser útil precisar a posição dos democratas portugueses da America em face de um debate que põe uma vez mais em causa os interesses e a dignidade do povo de Portugal.

Por isso mesmo, temos a honra de dirigir à Assembléa Geral, por intermédio de V. Exa. o Memorial

anexo. Com os nossos votos de êxito para os trabalhos da Assembléa, na esperança de que eles contribuam para o bem estar da Humanidade e a defesa da Paz, apresentamos a V. Exa. os nossos cumprimentos e os protestos da nossa elevada consideração".

Pela Comissão Executiva: Alexandre Pereira, Antonio Bidarra Fonseca, Augusto Aragão, Manuel Sertório, Miguel Urbano Rodrigues.

O TEXTO DO MEMORIAL
Damos, a seguir, o texto integral do Memorial:

I — As posições sustentadas pelos membros da delegação portuguesa à XVIII sessão da Assembléa Geral das Nações Unidas no que concerne aos problemas relacionados com o direito à autodeterminação dos povos africanos ainda submetidos ao domínio colonial, não exprimem o sentimento do povo português, mas apenas a opinião do governo que há 37 anos mantem Portugal sob o jugo fascista. Em luta pela sua propria libertação, o povo português não tem nem poderia ter qualquer desejo de se opor à luta que neste momento travam pela sua independência os povos da Guiné, de Angola e de Moçambique. Embora mal conhecida em Portugal, mercê da rigorosa vigilância exercida pela Censura e pela Polícia Política do regime, a política de genocídio colonial realizada pelo Governo de Salazar merece a repulsa do povo o qual se vem manifestando em inumeros ensejos, e da maneira mais expressiva, contra a guerra imposta às populações da Guiné e de Angola. A ser verdadeira a

afirmação, insistentemente repetida pelo Governo de Lisboa, de que os territorios africanos artificialmente designados de "provincias ultramarinas" são tidos como parte integrante da Nação pelo povo português, nunca o movimento de protesto contra a politica e a guerra coloniais impostas pelo regime haveria assumido as proporções nacionais que o caracterizam. Entre os fatos que confirmam esse repudio da politica e das teses oficiais — fatos amplamente documentados nas colunas da imprensa internacional — contam-se o alto numero de incidentes verificados nas unidades expedicionárias antes do seu embarque para os territorios coloniais; as deserções também em numero crescente de soldados, sargentos e oficiais; as declarações destes ao asilo rem-se em países africanos e americanos; as continuas manifestações de protesto da população contra o envio de mais tropas para o estrangeiro; e, finalmente, as detenções de muitas centenas de democratas efetuadas pela Polícia Política, com o proposito de prevenção de mais manifestações anti-colonialistas.

II — Os signatários apoiam integralmente a Resolução aprovada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas a 31 de julho do ano corrente que pede a autodeterminação e a independência das colônias portuguesas de Africa. Por isso mesmo, e porque conhecem os metodos de atuação do governo fascista de Salazar, denunciam como um expediente, destinado a ganhar tempo e a mistificar a opinião internacional, a atitude

(Continua na pág. seguinte)

Todos se recordam ainda das primeiras atitudes marcadas pelo governo de Salazar, no âmbito internacional, sobre o problema colonial português.

Ao contrário do governo franquista, recusou-se a prestar informações sobre as colônias à Comissão de Tutelas das N.U., alegando serem esses territorios parte integrante de Portugal. Recusou a entrada nas colônias e também em Portugal de uma comissão das N.U. encarregada de estudar in loco a situação vigente nas colônias portuguesas. E sempre se recusou não só a estabelecer negociações com as organizações nacionalistas das colônias sobre a efetivação da sua autodeterminação e independência como, até há bem pouco, a manter conversações (pelo menos publicas) com quem quer que fosse sobre a situação realmente existente nos territorios coloniais portugueses.

No mês de outubro, porém, como consequência do relatório do diplomata nigeriano Amachree, que se deslocara a Lisboa como representante do secretário geral das N.U., o governo português foi o primeiro a propôr conversações entre o seu ministro do Exterior e uma comissão composta pelos colegas deste de nove Estados africanos independentes, tendo aceitado a condição posta por eles de que tais conversações se realizassem, como sucedeu, no quadro das N.U.

Era de esperar, evidentemente, a intransigência do governo português quanto à questão de fundo que se discute e que é o direito à independência imediata por parte dos povos das colônias portugue-

sas. Esta mesma intransigência levou ao encerramento dessas primeiras conversações, como é do conhecimento publico.

Assistimos, no entanto, aos veementes protestos apresentados pelo próprio ministro do Exterior do governo de Salazar contra o encerramento das conversações. Essa reação, aparentemente contraditória, é de uma lógica perfeita. O fascismo português procura ganhar tempo. Prefere recuar em relação às suas posições iniciais, preferirá, inclusive reconhecer amanhã — em desespero de causa — o direito (mas não o exercicio desse direito), a autodeterminação das atuais colônias a ver desencadear-se contra ele os mecanismos coercivos que podem, de um momento para o outro, ser acionados pelas Nações Unidas, em face da sua intransigência. Por isso mesmo, PORTUGAL DEMOCRATICO chama de modo particular a atenção dos seus leitores para o importante documento enviado à ONU pelos Democratas Portugueses da America, através das suas organizações mais representativas. Essa iniciativa chega no momento oportuno. Desmascara uma manobra do fascismo salazarista e tem o mérito de, perante a mais alta assembléa internacional, deixar bem claro aquilo que as correntes mais progressivas da opposição portuguesa vêm sustentando há muito: o desejo que o povo português tem de ver terminada a guerra colonial e reconhecido o direito à autodeterminação e à independência dos territorios impropriamente designados como "provincias ultramarinas".

PORTUGAL
DEMOCRATICO

Anti
Fascismo
Anti
Colonialismo

Democratas portugueses...

(Conclusão da pág. anterior) do referido Governo ao encetar conversações com as representações dos países africanos independentes sobre a situação vigente nos territórios africanos sob administração portuguesa. Em face do impasse a que já se chegou, e atendendo a que o povo português não alimenta a menor ilusão acerca dos resultados do diálogo que os seus opositores se esforçam por prolongar no plano diplomático, com o evidente objetivo de protelar a aplicação da já mencionada Resolução do Conselho de Segurança, crêem os signatários interpretar o sentimento da esmagadora maioria dos seus compatriotas ao submeterem à atenção da Assembléa Geral as seguintes sugestões:

- Que a Assembléa Geral corrobore a Resolução de 31 de Julho de 1963 do Conselho de Segurança;
- Que a Assembléa Geral, dando um aspecto combinatório à sua Resolução adote igualmente os meios práticos necessários para levar o Governo Português a obedecer às medidas já preconizadas pelo Conselho de Segurança nomeadamente, e em primeiro lugar, aquela que vede a imediata cessação de todos os atos repressivos em curso e a retirada das forças militares.

III — Esperam os signatários que a Assembléa Geral, a exemplo do que tem feito em sessões anteriores, em relação aos delegados de organizações nacionalistas de territórios ainda sob domínio colonial garanta aos representantes da Oposição Democrática Portuguesa, presentemente unificada numa ampla FRENTE PATRIOTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL — e não apenas a personalidades isoladas — o direito de deporem perante as Comissões e Sub-Comissões das Nações Unidas sempre que aquelas, em cumprimento de resoluções do plenário, tiverem de proceder a trabalhos sobre a situação criada pela Intransigência do Governo Português em reconhecer o direito à autodeterminação dos territórios que administra em África.

GENERAL HUMBERTO DELGADO, ex-candidato à presidência da República

PROF. RUY LUIS GOMES, ex-candidato à presidência da República

Pelo Jornal PORTUGAL DEMOCRATICO: António Bidarra da Fonseca, Augusto Aragão, Manuel Sertório, Miguel Urbano Rodrigues, prof. Victor Ramos

Pela UNIDADE DEMOCRÁTICA PORTUGUESA: Alexandre Antunes Pereira, Alexandre Leal Dias, Armindo Azevedo, Carlos Cruz, Joaquim Quitério, José Mario S. Bodas, Lenine de Jesus Alexandre, Manuel Ferreira Moura, Manuela Gouveia Antunes, Silverio da Costa Letra.

Pelo MOVIMENTO NACIONAL Independente: Coronel Francisco de Oliveira Pio, Constantino Paulino, Eurico Pinto Guedes, José Teixeira António Guedes, Manuel Pl. Iar, Raul Mendes Silva

Pela UNIÃO DAS MULHERES PORTUGUESAS DO BRASIL: Maria Archer

Pelo GRUPO DE PORTUGUESES DEMOCRATAS DO RECIFE: prof. José Morgado, Manuel Luis Fernandes, Angelo Ferreira da Silva

Pelos DEMOCRATAS PORTUGUESES DA ARGENTINA: prof. Antonio A. Monteiro

PELA JUNTA PATRIOTICA DO URUGUAY, Marque do Vale, Joa-

quim Lopes Mendes, Aurélio Martins, Luis Pauosa e F. Branco. Pela UNIÃO DAS MULHERES PORTUGUESAS DO URUGUAY: Maria Luisa da Silva Neves Maria Julia Bastos, Luisa Gonçalves E Silva.

O memorial acima transcrito foi também assinado por outras organizações democráticas da emigração portuguesa de mais alguns países da América. Não fazemos referência às mesmas por desconhecê-las ainda os nomes das individualidades que os representam como signatários

Movimento fascista «Jovem Portugal»

Este movimento fascista português está filiado no movimento neonazi internacional "Jovem Europa". É dirigido por João Figueirinhas, médico, que durante o tempo de Faculdade exerceu funções de informador da PIDE; invadiu com outros membros do J.P. reuniões da Associação, provocando distúrbios e dirigiu uns grupos designados por "GACS" (Grupos Anti-Comunistas de Combate) que se encarregavam de distribuir e de colar nas paredes da Faculdade, panfletos denunciando os nomes daqueles colegas que consideravam de democratas e tendo atividades anti-fascistas. Durante a crise académica de 1962, o Dr. João Figueirinhas foi convidado a demitir-se do Serviço onde trabalhava, no Hospital de Santa Maria pelo Diretor do mesmo Serviço, por ter escrito no jornal "Agora" referências tão ofensivas para a Faculdade que os

PEQUENAS NOTICIAS

● Por este andar, com os sucessivos cortes de relações diplomáticas de muitos Estados com Portugal, o nosso país acabará por bater um inusitado record diplomático, que será o da verdade de governos, encarregados de representar os interesses portugueses no estrangeiro Agora, em virtude do corte de relações diplomáticas com Portugal efectuado por Madagascar, foi a R.F. Alemã que se encarregou da defesa dos interesses de Portugal naquele país...

● O sr. Ludwig Rosenberg secretário geral da Federação Sindical da R.F. Alemã, pediu às N.U. para tomarem medidas efectivas contra a África do Sul e Portugal, para se acabar com a recisa destes de aceitarem a autodeterminação de grandes colectividades humanas.

● Dennis Brutus, mulato de 38 anos, presidente do Comité Olímpico não racial sul-africano, foi recentemente alvejado a tiro, com muita gravidade em Johannesburg, no dia 16 de setembro p.p. pela polícia política da África do Sul. Havia sido preso pela PIDE na fronteira da Swazilândia com Moçambique e entregue pela mesma às autoridades sul-africanas. O médico Dr. Msibi, que o acompanhara até à fronteira, foi também preso, em Lourenço Marques, permanecendo às ordens da PIDE. Este é um dos aspectos mais eficientes do eixo branco Werwoerd Salazar.

● Portugal e a África do Sul foram expulsos de mais uma recente assembléa internacional. Tratou-se da assembléa geral da União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais, inaugurada em Nairobi. O sr. Simon, porta-voz da I.U.C.N., declarou, falando também em nome do governo do Kenya, que os delegados dos dois países seriam indesejáveis. Estes não chegaram sequer, em consequência, a pedir vistos de entrada. Esta atitude desmente frontalmente as declarações do ministro Franco Nogueira, em recente conferência de imprensa dada em Lisboa, de que o governo português não deixaria de tentar participar em todos os conclaves internacionais.

Triunfo sobre a PIDE

"UM PROGRAMA PARA SI -- Ouça todos os sábados, em 320 metros, depois da meia noite, o programa que há tanto tempo esperava".

Este foi o anúncio feito por patriotas da F.P.L.N. no jornal "O Século", de Lisboa, da rádio "Voz de Portugal". A INTELIGENCIA dos PIDES destacados para o jornal não chegou para impedir a saída do anúncio.

No inferno, a alma do BOM salazarista João Pereira da Rosa deveria ter-se revolvido uns pares de vezes...

próprios meios conservadores do Hospital Escolar não puderam tolerar.

O movimento "Jovem Portugal" tem a sua sede junto do jornal "Agora" e tem como órgão o jornal "Ataque". Tem procurado organizar-se em todas as Faculdades; de uma maneira geral os grupos têm poucos aderentes, salvo na Faculdade de Direito onde são mais numerosos. Nesta Faculdade são dirigidos pelo jovem fascista Cabrita. Há três anos que este grupo tem proposto uma lista de candidatos para a Direção, lista que tem perdido sempre as eleições.

Durante a crise académica de 1962, os grupos do "Jovem Portugal" procuraram por manobras e por processos de intimidação furar o Luto em várias Faculdades, especialmente na de Direito e no IST. Nesta última escola fizeram sair um comunicado apócrifo, como se fosse das Direcções das Associações, dizendo que o Luto deveria ser levantado, manobra esta que foi rapidamente desmascarada. Passaram depois a fazer sair os seus próprios documentos, nos quais davam a entender que tinham o apoio de Santos Costa.

Na noite em que foram presos os 1.500 estudantes que se encontravam na cantina da Cidade Universitária, grupos do "Jovem Portugal", armados e a coberto da polícia, pretendiam provocar e atacar os estudantes grevistas mas acabaram por desistir dos seus intentos provocatórios, em face da unidade e decisão e combatividade dos estudantes grevistas. Limitaram-se a fazer algazarra e a deixar que a polícia interviesse contra os estudantes.

No princípio do ano letivo 1962-63, apoiados no Decreto-lei recém-saído que procura lançar o conceito de "Polimorfismo associativo", dando possibilidades (dentro das clássicas restrições) a vários grupos académicos que se queiram formar, sem reconhecer representatividade às Associações, o "Jovem Portugal" promoveu a formação da "Acção Académica", em cujos panfletos atacava as Associações e Pró-Associações, considerando-se eles como os representantes dos estudantes! Estes documentos foram recebidos com grande hostilidade pela massa dos estudantes e... acarinados pela reitoria.

No plenário de Fevereiro de 1962, os grupos do "Jovem Portugal" provocaram distúrbios, interrompendo as intervenções, gritando; num plenário seguinte apareceram armados de matracas.

O "Jovem Portugal" conta com a protecção do reitor Paulo Cunha que já em 1961 pagou do seu bolso, a um destes grupos, para que fossem a Coimbra participar de uma reunião de "Convívio" e aí provocassem distúrbios; este fato foi conhecido porque o dinheiro passou pelas mãos de um elemento da Mocidade Portuguesa que cometeu inconfidências.

Já no fim do ano letivo 1963, realizou-se na Cantina da Cidade Universitária um almoço organizado pelo "Jovem Portugal" em que participaram representantes de várias escolas e que teve o apoio do reitor e do Ministro e a que os jornais deram publicidade. Este grupo de provocadores, de colaboradores da PIDE e de assassinos potenciais, mantém relações de colaboração com grupos da OAS, com o movimento "Giovane Italia" e outros agrupamentos neo-nazis internacionais.

Deslises de um ministro

MANUEL SERTÓRIO

No dia 4 de Novembro, o ministro da Economia do governo de Salazar, Teixeira Pinto, deu uma entrevista à Rádio-Televisão Portuguesa, que toda a imprensa diária louvaminhou no dia seguinte.

A leitura do texto arrepiou, no entanto, pela refalsada má fé com que o ministro se comportou e que ilustra perfeitamente os métodos políticos e morais usados pelo governo a que pertence.

1 — A avaliar pela extensão da prosa, o ministro levou uns dez minutos da entrevista a explicar as razões pelas quais, embora sobrasando a pasta da economia, não sabe a maior parte das coisas que se passam nesse setor da vida nacional.

Alguem duvida?

Pois leia-se:

"Portanto, eu, ao falar da economia portuguesa tenho certamente de omitir alguns aspectos dessa mesma vida económica portuguesa, porque, desses problemas, a solução a mim não pertence. Quer dizer: eu darei a minha contribuição na medida em que ela me for pedida... Mas não é a mim que pertence a solução desses problemas. E por isso é muito difícil falar de economia portuguesa como um todo".

Como estão longe os tempos medievais em que os monarcas do Jaz de Salazar confiavam a execução de todos os negócios aos seus ministros, desde a face para barbear até aos problemas de alcova! Nenhum desses ministros afirmaria, assim, como fez o de Salazar, o desconhecimento das opiniões de seu amo!

2 — Depois e até final, as falas do ministro giraram em torno do que ele julgou ser uma expressão feliz, facilmente assimilável pelos telespectadores boquiabertos: a filosofia do empurrão.

Não se sabe o que seja?

O ministro explica:

"O ano de 1963 (foi) para mim um ano decisivo, quer dizer: era, digamos — desculpe esta maneira de pôr o problema, como quando a pessoa anda à procura do equilíbrio depois de um empurrão, tem duas soluções (sic): ou recupera ou cai".

Além do inegável bom senso da formulação deste dilema, que já Monsieur de la Palisse teria solucionado da mesma maneira, é de notar a capacidade de compreensão histórica do ministro, pois o empurrão, para ele (a palavra aparece mais de uma dúzia de vezes na "entrevista"), foi o levantamento do povo angolano ocorrido em 1961.

3 — E' sabido que o problema número um da economia portuguesa é a sua insuficiente industrialização, que perante a integração europeia nos quadros da E.F.T.A. ameaça levar o país à bancarrota.

Numerosas más razões têm impedido essa industrialização sob os governos de Salazar: dissipação da poupança interna (e dos empréstimos exteriores) com as forças armadas; reduzido índice de investimentos reprodutivos; carência de mão de obra especializada (pelas insuficiências do ensino técnico e do ensino em geral); retracção do mercado interno pelo reduzido poder aquisitivo de grandes camadas da população.

Este último facto implica a necessidade de reforma da estrutura agrária do país, já que, de acordo com declarações anteriores do mesmo ministro, 40% da população ativa vive em Portugal dependente da agricultura, sendo esse o sector populacional de menor capacidade consumidora, visto os seus réditos igualarem apenas o nível de subsistência (o qual não é, evidentemente, igual ao da nutrição humana e cientificamente necessária).

Como tinha de suceder, uma das perguntas do entrevistador-contratado pelo ministro foi a de saber se, na opinião deste, a agricultura de acordo com as "queixas e lamentos" por vezes apresentados sempre era a "grande desprotegida". A opinião do ministro foi, como tinha de ser, a de que ela era, de facto, a grande desprotegida, mas "não do governo e sim do clima, sem dúvida nenhuma".

Ora, acontece que afirmação tão sabidamente falsa fôra negada pelo próprio ministro um pouco antes, ao declarar que "se nós formos para uma agricultura de mercado, como se entende, e abandonarmos a "agricultura de abastecimento" (idéia nebulosa que os portugueses esperam seja esclarecida pelo entrevistado) e se tivermos um comércio que não seja receptivo a essa produção para o mercado (leia-se, muito mais simplesmente: se não tivermos um consumo real igual ou pelo menos aproximado ao consumo ideal da população)... — não vale a pena estar a tentar desenvolver a agricultura nesse sentido".

Ainda ao fim de 37 anos chega a espantar tanto cinismo!

4 — Nunca o governo declarou, até agora, o montante exacto dos efectivos militares expedicionados para as colónias, querendo induzir a população a acreditar que se trata de simples (e certamente reduzidas) forças de "pacificação". Pois o ministro da economia, ao tentar justificar o pequeno desenvolvimento da indústria portuguesa nestes últimos anos (e nos imediatamente anteriores?) não teve pejo de dizer:

"Se nós pensarmos, por exemplo, num aspecto que as pessoas às vezes não consideram: quantas pessoas (leia-se: soldados) é que temos deslocado para o Ultramar? São consumidores, eram consumidores aqui, na metrópole, que se deslocam para o Ultramar. Pode dizer-se: Ah mas a população aumentou. Simplesmente foram substituídos homens dos 20 aos 24 anos por crianças que não são unidades de consumo idêntico."

A contradição com a atitude sigilosa do governo acerca dos efectivos militares enviados para as colónias é o menos. O que mais fere a sensibilidade é a rematada má fé com que o ministro pretende fundamentar a retracção do poder aquisitivo interno com o facto da deslocação para o exterior de 100 mil homens, consumidores em Portugal... do rancho do quartel!

Não. Sabe o ministro, tão bem como nós, que a retracção relativa (já não falamos da absoluta) do poder aquisitivo interno é devida ao agravamento constante das condições económicas de vida do proletariado, do campesinato e da classe média, no seu progressivo empobrecimento oriundo da política monopolista do governo.

5 — Outra das poucas perguntas feitas pelo "entrevistador" foi a seguinte:

"Acha que o condicionamento político interno e externo tem influenciado, de qualquer modo, e de forma predominante, a economia nacional?"

E' de ter como certa e existência de uma qualquer resposta do ministro sobre o "condicionamento político interno", pois esta expressão aliás bastante meliflua, por certo foi, como todas as outras do "entrevistador", previamente ajustada entre ele e o próprio ministro.

Pois, do texto integral da entrevista publicada no "Diário de Notícias" e no "Diário da Manhã" não consta uma única frase ministerial como resposta!

Quer dizer: o próprio ministro foi censurado na imprensa, já que o não pôde ser na televisão. Não temos, é claro, que nos admirar muito profundamente, se nos recordarmos de que até o Papa João XXIII foi censurado na encíclica "Pacem in Terris" pelos católicos funcionários de Salazar. Mas é, mesmo assim, de espantar a necessidade desta censura à entrevista do ministro, pois, no Portugal de Salazar, os seus secretários ministeriais são personagens de muito maior confiança do que um Papa, o qual por enquanto, não é escolhido pelo ditador.

Democratas

A FRENTE PATRIOTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL é a trincheira de combate de todos os portugueses em luta pela derrubada do fascismo.

OUÇA A RÁDIO PORTUGAL LIVRE

Diariamente das 20 às 20,30 e das 22,15 às 22,45 (hora de Portugal) na banda de 32 metros e das 0,30 às 0,50 nas bandas de 36, 40 e 43 metros

Uma Emissora ao Serviço do Povo Português

Notas e comentários

O imperialismo do BNU

Os sectores económicos de Moçambique não vinculados aos interesses das grandes companhias metropolitanas, que naquela colónia exercem a actividade "compradora" para alimentação dos seus monopólios em matérias primas, acabam de pagar o preço da ilusão que os levou a acreditar na possibilidade de uma "conversão" da máquina colonialista de Lisboa às realidades que eles próprios começam a reconhecer e a que se pretendem adaptar. A criação de uma organização bancária que seria denominada Banco Comercial de Moçambique foi definitivamente frustrada em consequência das interferências do Banco Nacional Ultramarino. As subscrições realizadas para o efeito elevavam-se já a mais de 50 milhões de escudos, o que excedia as esperanças iniciais dos dinamizadores da iniciativa. Mais de 600 individualidades e entidades desligadas dos interesses monopolísticos metropolitanos estavam empenhadas em levar a bom termo a ideia. Entretanto, a cupula do Banco Nacional Ultramarino vetou formalmente a iniciativa. O Banco Comercial de Moçambique principiou por ser classificado de "separatista". E compreende-se a razão dessa campanha. A criação de uma nova organização bancária prejudicaria de modo sensível o domínio praticamente discricionário do BNU sobre a vida financeira de Moçambique, pois os dois únicos bancos que trabalham na colónia são ambos estrangeiros — o Barclays Bank DCO e o Standard Bank of South Africa — e efectuam o grosso das suas operações com empresas alienígenas.

Recorda-se que o BNU, banco emissor para a colónia, mantém íntimas ligações com as grandes concessionárias algodoeiras e maneja importantes fundos do tesouro público e das empresas do Estado, como o porto de Lourenço Marques, o porto e Caminho de Ferro da Beira, o porto de Moçambique etc., cujos lucros fabulosos (auferidos na prestação de serviços aos territórios vizinhos) são em grande parte o sustentáculo financeiro da colónia. Não é de estranhar assim que o Conselho de Administração do BNU seja composto de personalidades directamente ligadas ao aparelho fascista do governo e de ex-agentes da administração colonial como Vieira Machado, Pedroso Pimenta e Gabriel Teixeira. É oportuno lembrar que, a partir de 1961, quando a situação na República do Congo continuava sem aparências de apaziguamento e quando a rebelião de Angola começou a deixar de suscitar dúvidas quanto às suas consequências, o Banco Nacional Ultramarino, iniciou a transferência para Lisboa de todas as suas reservas de ouro depositadas nas agências da colónia. O primeiro grande embarque realizou-se em meados de 1961 pelo paquete "Angola". Esse o primeiro acto de pilhagem de grande vulto do período da pré-descolonização.

S. Q.

Salazar compromete o Papa

Leitor de Maquiavel, embora mau interprete do autor de "O Príncipe", Salazar tem a vocação das manobras envolventes em que, no taboleiro da política internacional, procura fazer desempenhar aos outros o papel que previamente, e sem seu conhecimento, lhes distribuiu. A última vítima dessas suas

manobras foi o próprio Papa.

Conhecedor dos sentimentos religiosos de ponderável parcela do nosso povo o velho ditador não hesitou em montar todo um complicado plano com o objectivo de associar a pessoa de Paulo VI à sua política colonial. As coisas passaram-se-lhe de tal maneira que os católicos apenas teriam de tirar conclusões...

A encenação foi bem concebida. Aproveitando a existência em Roma de uma Igreja Portuguesa, chamada de Santo António, o Papa foi convidado a visitar aquele templo, onde aliás os seus antecessores não iam há mais de um século. A primeira habilidade consistiu na presença ali, ao lado dos portugueses, dos cardeais e bispos brasileiros que se encontram em Roma, onde participam do Concílio Ecumenico. A tecla da perfeita identificação do clero das duas pátrias irmãs foi tão bem explorada que o Cardeal Cerejeira, não se sabe por que artes, contava entre os convidados o cardeal Vasconcelos Motta, de São Paulo, personalidade cujo pensamento progressista em relação à linha da Igreja se situa nas antipodas das posições ultramontanas do prelado português.

A associação dos brasileiros à cerimonia foi, entretanto, apenas um pormenor tático, embora importante, no plano geral. Era a cena final do último ato que interessava a Salazar e essa correu rigorosamente de acordo com os ensaios. Quando Paulo VI se dispunha a retirar-se depois de uma protocolar troca de saudações com o cardeal Cerejeira, o embaixador de Salazar junto ao Vaticano adiantou-se e fez entrega ao visitante de uma mensagem do chefe nominal do Estado Fascista Português, sr. Américo de Deus Tomaz. Dessa mensagem tinham, previamente, sido distribuídas cópias à imprensa internacional, chamando a atenção para o fato de Paulo VI a haver recebido perante mais de 50 cardeais e bispos portugueses e brasileiros. Ora, o documento em questão é, do princípio ao fim, uma ladainha em que se misturam os nomes de Deus e do Papa com os "slogans" colonialistas do fascismo português ("nossa gente espalhada pelo mundo"), "a nacionalidade que a dispersão territorial não desune mas mantém, sem restrições de raça ou de cor...". A bom entendedor...

M. U. R.

Imprensa clandestina

Na actual situação portuguesa o lançamento de um órgão de imprensa clandestina constitui sempre um acontecimento de grande significação para a luta anti-fascista.

Há 37 anos que o povo português só conhece a verdade através da imprensa clandestina. O poderoso aparelho de repressão fascista exerce o mais rigoroso controle e vigilância em todas as operações relacionadas com a edição e circulação, da imprensa. Desde a compra de papel apropriado até à aquisição de material tipográfico, impressão e distribuição, todas as operações se desenvolvem na mais rigorosa clandestinidade. A cada minuto, cada hora, cada dia os patriotas que participam nessas tarefas correm o risco de perder a liberdade e até a própria vida.

Nestas condições, o aparecimento de dois novos órgãos de luta — A TERRA, Órgão de Unidade dos Camponeses do Norte e A VERDADE, Órgão das Juntas Patrióticas do Norte — representa uma vitória sobre o fascismo e revela-nos o fortalecimento da unidade e combatividade das forças anti-fascistas.

A imprensa clandestina, como instrumento de esclarecimento, mobilização e organização das massas, como veículo de propaganda e agitação, desempenha um papel importante na caminhada para o levantamento nacional.

A denúncia sistemática dos crimes e roubos do governo fascista, a consciencialização das massas, a

transformação do generalizado sentimento de oposição em luta declarada, o fortalecimento da unidade, a ampliação da organização unitária indispensável para o combate final contra o fascismo, são tarefas inadiáveis em que a imprensa clandestina participa de modo relevante.

Ao assinalarmos o aparecimento de "A TERRA" e "A VERDADE", fazemos um apelo a todos os patriotas para que ajudem a imprensa clandestina. No combate pela conquista da liberdade valem as realizações e não as intenções. A derrubada do fascismo estará tanto mais próxima quanto cada democrata realizar tudo o que estiver ao seu alcance no desempenho das tarefas exigidas pela luta de libertação nacional.

A. A.

Ficção política

Depois de derrubada no Vietnam, por encomenda exterior, a ditadura familiar de Diem, o ministro da Informação do novo governo, general Tran-Tu-Oai, concedeu a sua primeira conferência coletiva de imprensa, em Saigão.

Segundo as agencias internacionais, interrogado em certa altura sobre a participação de antigos colaboradores de Diem no governo provisório, o sr. Oai expressou-se em termos peremptórios, que só poderão parecer ingenuos... aos verdadeiros ingenuos:

"Todos pertencemos ao antigo regime. A respeito disso, não deve haver qualquer equívoco".

Estamos daqui a ver algum actual jornalista do "Diário da Manhã", armado em diretor do S.N.I., em um possível futuro governo Craveiro Lopes, a fazer no Palácio Foz identicas declarações, destinadas a fornecer aos seus protutores o mesmo certificado de "idoneidade" ocidental e cristã...

M. S.

PORTUGAL DEMOCRATICO

O apelo inserto em nossa última edição, solicitando ajuda foi ouvido por alguns dos muitos amigos com que conta PORTUGAL DEMOCRATICO. A situação material do nosso jornal, entretanto, não cessou de se agravar, pois, como já salientamos, as receitas não cobrem presentemente as despesas. PORTUGAL DEMOCRATICO, repetimo-lo, não pode viver apenas das contribuições dos seus assinantes do Brasil. Mercê da crescente expansão do jornal entre os núcleos de emigrados espalhados pelo mundo, a verba com os serviços de expedição tem vindo a aumentar constantemente e de modo especial desde a última revisão das tarifas de Correio do Brasil (quase 200%). Ora, as quantias recebidas do estrangeiro estão longe de cobrir esse acréscimo de despesas. Daí a nossa insistência. É a própria sobrevivência de PORTUGAL DEMOCRATICO que está em causa.

Relembramos aos nossos leitores e amigos que o custo da assinatura anual, via aérea, para o Exterior é atualmente de US\$ 10 dólares.

Todas as quantias, em dinheiro ou cheque, deve ser remetidas em nome de PORTUGAL DEMOCRATICO, Rua Conselheiro Furtado, 191, sala 2, São Paulo.

Ajuda da Argentina

Por intermédio do nosso prezado companheiro Manuel Lopes, representante de "PORTUGAL DEMOCRATICO" na Argentina recebemos a quantia de Cr\$ 7.000,00, contribuição da coletividade caboverdeana naquele país para nosso jornal.

Registramos, e agradecemos, mais este exemplo de dedicação à luta anti-salazarista.

ESCLARECENDO

Sob o título "Esclarecendo", o jornal A VERDADE, órgão das Juntas Patrióticas do Norte, publicou no seu número de agosto passado o artigo que abaixo reproduzimos e para o qual chamamos a atenção dos nossos leitores por nele serem tratados importantes problemas de organização que todos os democratas portugueses devem conhecer.

"Com a finalidade de levarmos a todos os democratas do Norte, e ao povo em geral, tudo quanto pensamos ser útil para o seu esclarecimento político iremos nas palavras que seguirem, dizer alguma coisa sobre "Organização para a luta contra o fascismo".

1

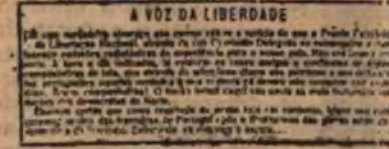
A frente unida de ação contra a ditadura salazarista tem a seguinte estrutura: Uma Comissão Central funcionando no território do Continente, a qual pode delegar num Comité Executivo o controle do trabalho político diário, e que tem no estrangeiro uma Comissão Delegada. Esta presentemente já funciona, embora com composição provisória.

Se a Comissão Central incumbida a orientação política na luta contra o fascismo, a Comissão Delegada no estrangeiro, está entregue toda a série de tarefas que, evidentemente, não podemos nem devemos passar ao papel, porque isso seria fornecer ao inimigo elementos que não convém serem do seu conhecimento. No topo existirá também ligado com a Comissão Central, num vasto e amplo organismo denominado Conselho Nacional, o qual reunirá apenas para tomar resoluções, quando for julgado conveniente pelos membros da Comissão Central, ou quando o momento político o exigir.



A DECLARAÇÃO DO DITADOR

A declaração do ditador Salazar, feita no dia 10 de Agosto de 1962, é a seguinte: "O ditador Salazar, ao fazer esta declaração, não se dá ao trabalho de explicar a razão da sua existência, nem a razão da sua permanência no poder. O ditador Salazar, ao fazer esta declaração, não se dá ao trabalho de explicar a razão da sua existência, nem a razão da sua permanência no poder. O ditador Salazar, ao fazer esta declaração, não se dá ao trabalho de explicar a razão da sua existência, nem a razão da sua permanência no poder."



Estrutura-se a restante organização através de Comissões Regionais, Distritais, Concelhos, de Freguesia, de Fábrica, de Empresa, de Quarteis, de Mulheres, de Jovens etc., além de organismos especializados que têm como finalidade, desenvolverem certos tipos de ação para a preparação da luta e no decorrer dela própria.

2

Apenas na Comissão Central existe a preocupação e a necessidade dos seus componentes serem elementos que representam partidos políticos e correntes de pensamento oposicionistas com audiência e organização no país. Para todos os outros organismos estão abertas as portas a todos os anti-fascistas dispostos à luta, pensem eles o que pensarem no campo da política ou da religião.

Isto é assim, porquanto, se é através da discussão na Comissão Central de composição equitativa e partidária, que resulta a orientação para as grandes linhas gerais das variadas formas de luta anti-fascista, ao chegar essa mesma orientação a qualquer das outras Comissões intermediárias ou de base, já o problema ou problemas, foram discutidos, equacionados e resolvidos pelos que nesse organismo cimeiro representam afinal, todos os que, escaionados através das várias Comissões disseminadas por todo o território português, têm pensamento identico ou por disciplina do partido a que pertencem, aceitam a orientação da Direção da Frente de Unidade. Quer dizer, na Comissão Central, está lá alguém que defende para a linha geral do Movimento de Unidade, o pensamento de todos os elementos organizados através das restantes Comissões.

A maneira de levar à pratica a organização e a luta, já é do âmbito das restantes organizações, de acordo com as características pró-

prias da Região, do Distrito, do Concelho, da Freguesia, do Quartel, da Profissão, da Juventude etc. Não quer isto dizer, que qualquer destas organizações, não possa ou não deva sugerir tudo o que lhe parece útil para uma maior justiça da orientação geral.

Cada uma destas Comissões denomina-se uma "Junta de Ação Patriótica" (JAP) e ao seu conjunto deu-se o nome de "Frente Patriótica de Libertação Nacional" (FPLN).

3

Toda esta complexa e larga organização atua na mais apertada clandestinidade. Porque? O fascismo lançou-se numa guerra colonial, tentando afogar em sangue o grito de libertação dos povos oprimidos. Para adiar a sua própria e inevitável derrota terá — como eles próprios o dizem — que assegurar senão a colaboração pelo menos a neutralização e a quietude da retaguarda. Desta forma, quer o fascismo evitar ao máximo todas e quaisquer complicações de ordem interna, já que é impotente para evitar todas aquelas que todos os dias e a todas as horas lhe vêm do exterior. Como as organizações legais, têm que ser consentidas por força da própria constituição política, claro está que o fascismo as não consente. Poderia por outro lado, forçar-se a legalidade e o primeiro passo, seria dar disso conhecimento ao governo e à Nação e surgiriam os nomes das individualidades que encabeçavam o Movimento. Como porém o fascismo não cede nem cederá, a lutas de tipo morno e isso está mais do que provado, dado de barato que a legalidade de qualquer organização partidária ou unitária fosse concedida, logo que a luta subisse para formas de temperatura mais elevada, mais quente, mais efetiva, seria a PIDE a atuar por ordem dos governantes prendendo os nomes conhecidos do Movimento Legal, numa palavra, decapitando-o e acabando por destruí-lo até à base.

E nós temos que pensar que não nos organizamos para como organização sermos totalmente destruídos. Nós — Oposição — organizamo-nos para a luta e a presente conjuntura política não aconselha outra forma de nos unirmos, que não seja a da organização clandestina, até porque tudo indica que essa mesma luta terá que ser muito dura e terá que impor muitos sacrifícios, se quisermos trazer para Portugal a verdadeira Democracia, porque todos aspiramos. Se o fascismo, instituiu a chamada União Nacional — que é uma das suas muitas mentiras — e consente o funcionamento da Causa Monárquica e da Ação Católica, consente-o, porque se a primeira é de sua exclusiva iniciativa, as duas restantes têm caráter legal pois de forma bem testemunhada, sempre deram a sua colaboração ao Estado Novo. E porque a Oposição, é Oposição e pelo fato de o ser não colabora, nunca colaborou, nem tampouco virá a colaborar com o fascismo, este não lhe iria conceder a legalidade. Foi este o pensamento justo e correto que preconizou para este momento e para formas de luta diferentes daquelas que têm existido entre nós uma organização clandestina, de unidade, que tem a sua expressão pratica na "Frente Patriótica de Libertação Nacional".

CONTUDO A FRENTE PATRIÓTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL ATRAVÉS DAS SUAS MULTIPLAS JUNTAS DE AÇÃO PATRIÓTICA, PRECONIZA, ESTIMULA E DÁ O APOIO A TODAS AS FORMAS DE LUTA LEGAL COM A CONDIÇÃO DE SER DEFENDIDA TODA A ORGANIZAÇÃO CLANDESTINA QUE LANCE ESSA FORMA DE LUTA. Isto visa a defesa dos elementos organizados para outras formas de atividade de caráter ilegal que só podem ser dirigidas nas condições de fascismo em que vivemos através de uma organização totalmente escondida da policia. Portanto, luta legal é uma coisa e organização legal é outra. Luta le-

O P.A.I.G.C. PEDE A ONU AUXILIO CONCRETO

Publicamos abaixo o texto integral do memorandum enviado à XVIII Assembleia Geral das Nações Unidas pelo Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, importante documento a que já havíamos feito referência em nossa última edição.

"O nosso povo já por várias vezes e por todos os meios ao seu alcance manifestou diante da ONU, a sua dedicação à causa da paz e do progresso, a sua determinação inquebrantável de se libertar do jugo colonial português. No decurso da última sessão da Assembleia Geral, o nosso Partido guia e porta-voz do nosso povo na luta vitoriosa da libertação nacional — apresentou-se duas vezes aos organismos da ONU. Pleiteamos com igual denodo o nosso direito à autodeterminação e à independência, e a necessidade de receber da ONU um auxílio concreto para o desenvolvimento da nossa luta libertadora.

Na base da análise concreta da situação constitucional, política e jurídica do nosso povo, o nosso Partido pediu à ONU a aplicação de medidas eficazes contra o crime do colonialismo perpetrado pelo governo português no nosso país. Invocando os instrumentos jurídicos da ONU e da legalidade internacional dos nossos dias, o nosso Partido demonstrou sem equívoco, que a nossa luta ultrapassa o quadro nacional e africano: é a expressão, sobre o nosso território, da luta pela causa da humanidade, em defesa dos princípios proclamados e consagrados pelas próprias Nações Unidas.

Por outro lado o nosso Partido submeteu à ONU proposições concretas quer para a liquidação pacífica do domínio colonial na Guiné e em Cabo Verde por meio de negociações, quer para a concessão de um auxílio eficaz à nossa luta. E isso reafirmando simultaneamente a nossa determinação de recorrer a todos os meios necessários para nos libertarmos urgentemente da dominação colonial portuguesa.

As resoluções adotadas pela XVII sessão da Assembleia Geral e mais recentemente pelo Conselho de Segurança, constituíram um motivo de encorajamento para o nosso povo. Estamos convencidos de que as Nações Unidas trouxeram uma contribuição política e moral eficaz para o nosso combate libertador.

O nosso povo está consciente das realidades, e em particular das contradições que condicionam a atividade prática da ONU. Achamos, no entanto que, o isolamento cada vez maior do Governo português no selo desta organização e no plano internacional, assim como a aplicação rigorosa das resoluções já adotadas, especialmente da parte dos Estados membros, aliados de Portugal, podem contribuir para apressar a libertação do nosso povo.

Parece-nos todavia indispensável que a ONU continue a tomar em consideração, de forma realista, a situação concreta da nossa luta tanto no interior do nosso país como no plano exterior.

Após a XVII sessão, a nossa luta de libertação nacional registrou progressos consideráveis que mesmo os nossos inimigos tiveram de considerar extraordinários.

Na Guiné, o nosso povo, sob a direção do nosso Partido, desenvolveu a sua ação armada e conseguiu vitórias importantes, realmente decisivas, contra as forças colonialistas portuguesas. O próprio Governo de Portugal teve de reconhecer pela voz do seu Ministro da Defesa Nacional, que os combatentes do nosso Partido ocupam uma parcela considerável do território nacional, confessando a impossibilidade para as forças portuguesas, de liquidar a resistência heróica do nosso povo.

O governo português, face às derrotas já sofridas no decurso da guerra colonial que nos impôs, teve de constatar o enfraquecimento da sua política colonial e da atitude particularmente retrógrada que ele adota diante da ONU, diante da África e diante da opinião mundial. Para espanto de certos meios, o governo português procura, desesperada e inutilmente, enganar a opinião mundial, fingindo pôr em prática as suas famosas "reformas", recorrendo ao serviço de certo número, de resto

muito restrito, de fantoches e de traidores africanos.

A Guiné é presentemente, para utilizar a linguagem moderada de um diário britânico "O calcanhar de Aquiles" da política colonial portuguesa. Não nos parece exagerado considerar tal fato como uma vitória das forças da paz, da liberdade e do progresso, repressuradas pelo nosso partido combatendo contra as forças da guerra, da opressão e do obscurantismo, representadas pelo governo de Portugal.

Nas Ilhas de Cabo Verde, o progresso da ação política conduzida pelas massas populares cada dia melhor organizadas, criou condições favoráveis ao desenvolvimento da nossa luta por todos os meios necessários. Diante da perspectiva real da tempestade criminosa do governo português, o nosso partido só pode recorrer à ação direta para responder às violências perpetradas pelas forças colonialistas contra o nosso povo.

No plano exterior, as condições são cada vez mais favoráveis ao desenvolvimento vitorioso da nossa luta, apesar das hesitações e da timidez, de resto compreensíveis, de certos aliados militares do governo português. Enquanto que, por um lado, o prestígio do nosso povo combatente e o apoio das forças democráticas e anticolonialistas à nossa luta libertadora aumentam continuamente, o governo português fica cada dia mais isolado até em relação aos seus amigos mais íntimos.

No plano africano, as medidas combativas preconizadas pelos chefes de Estado de Addis-Abeba, e já largamente postas em prática, reforçaram a nossa luta, garantindo ao nosso povo a certeza de um auxílio concreto da parte dos países irmãos de África. Além disso, a firme atitude adotada pelos Estados Africanos contra o ultracolonialismo português e a favor da nossa luta levará necessariamente os Estados aliados ao governo português a decidir-se entre a amizade dos povos do nosso continente e as vantagens militares e económicas provenientes do seu apoio, aberto ou não, à política colonial portuguesa.

A situação concreta da nossa luta vista tanto no plano interior como no plano internacional, permite-nos reforçar a nossa certeza na pronta libertação do nosso país, etapa indispensável à realização do objetivo principal do nosso partido — edificar, na paz, o progresso do nosso povo.

Nessas circunstâncias, as tarefas principais do nosso povo e do nosso Partido, na fase atual da nossa luta são as seguintes:

— Consolidar a situação nas regiões libertadas do nosso país, incluindo a liquidação dos restos dos contingentes portugueses aí acantonados. Desenvolver urgentemente nestas regiões uma nova estrutura política, administrativa, económica, social e cultural.

— Intensificar a nossa ação armada nas regiões da Guiné ainda não libertadas e desenvolver ação direta nas Ilhas de Cabo Verde, para liquidar definitivamente a guerra colonial e a opressão nacional que nos são impostas pelo colonialismo português.

— Estudar e empregar os meios que nos permitam liquidar as sequelas do colonialismo e de toda a espécie de dominação estrangeira, e igualmente criar as bases sólidas para o desenvolvimento económico do nosso país, tendo em conta a própria experiência africana e as dos outros países subdesenvolvidos e ex-coloniais. Melhorar significativamente o nível de vida das nossas populações nas regiões libertadas, preparando-nos para enfrentar com dignidade, na independência, as nossas responsabilidades nacionais, africanas e internacionais, no quadro de uma colaboração fraterna com todos os povos.

Como poderiam as Nações Unidas trabalhar em favor do nosso povo, na etapa atual da nossa luta pela liberdade e pelo progresso?

As resoluções adotadas pela ONU

e as decisões tomadas pelos chefes de Estado Africanos em Addis-Abeba assim como a realidade concreta da nossa luta provam que a época de denúncia do colonialismo português, dos delitos morais e jurídicos a favor do nosso povo já foi ultrapassada.

Presentemente o nosso caso é o de um conflito político-militar entre o governo português e o nosso povo — o povo da Guiné e das ilhas de Cabo Verde. Este conflito teve a sua expressão material na guerra colonial de extermínio, criminalmente perpetrada pelo governo de Portugal à qual temos de opor a luta armada de libertação nacional realizada corajosamente pelo nosso povo, sob a direção do nosso partido.

Tendo organizado ainda um outro conflito armado contra o povo africano, o governo português instalou no nosso continente uma nova ameaça à soberania dos países independentes de África, à paz e à segurança internacionais. O último discurso radiotelevisado proferido pelo Presidente do Conselho (Chefe do Governo) português só podia ser interpretado como uma expressão iniludível desta ameaça.

De resto, ninguém ignora que o governo português não poderia manter a guerra colonial em África, se não dispusesse do auxílio que certos países membros da ONU lhe conferem, tanto no plano económico e financeiro como no do material de guerra. Ninguém pode pôr em dúvida que estes Estados prestariam grande serviço à causa da paz e contribuiriam igualmente para poupar vidas e bens materiais africanos, caso cessassem imediatamente e efecivamente toda a espécie de auxílio ao governo português.

No que respeita à construção do progresso económico, social e cultural do nosso povo, após a conquista da independência nacional, estamos convencidos que a ONU dispõe de meios para nos dar um auxílio eficaz. Por intermédio dos seus organismos especializados e em colaboração com o nosso Partido, as Nações Unidas poderiam desde já dar ao nosso povo uma assistência concreta para consolidar as nossas posições nas regiões libertadas e preparar a base do futuro no nosso país.

Sendo fora de dúvida que a atitude do governo português é uma prova irrefutável de uma total falta de respeito para com a ONU não é menos certo que não discernimos nenhum interesse prático numa eventual exclusão de Portugal desta organização. O governo português não representando necessariamente Portugal dá-nos a certeza de que a nossa luta levará o governo a respeitar a ONU.

Temos consciência do caráter da nossa luta contra um inimigo dispendioso de auxílio material dos seus poderosos aliados. Consciente do seu direito e animado de uma vontade inquebrantável, o nosso povo sente-se apoiado pela solidariedade dos povos africanos e de todas as forças anticolonialistas do mundo. Estamos sinceramente convencidos da nossa capacidade de liquidar para sempre a dominação colonial no nosso país, recorrendo essencialmente aos nossos próprios meios.

Cremos no entanto que na etapa atual da nossa vida e da nossa luta pela liberdade e pelo progresso, a ONU poderia prestar ao nosso povo o seguinte auxílio concreto:

a) Reconhecer o caráter grave da situação criada pelo governo português no nosso país, tomando em conta o facto de que um tal situação representa uma ameaça à paz e à segurança dos povos, em particular dos povos vizinhos do nosso. O caso do bombardeamento da aldeia de Boumack, submetido ao Conselho de Segurança pela República do Senegal, assim como as violações frequentes da fronteira da República da Guiné por aviões e helicópteros portugueses são uma prova irrefutável.

Na base do reconhecimento da gravidade da situação do nosso povo as Nações Unidas debateriam o caso da Guiné e das ilhas de Cabo Verde na Comissão política ou numa sessão plenária da Assembleia Geral. Reservando-nos o dever, de levar à Comissão de Tutela todos os relatórios respeitantes

à situação atual no nosso país, a ONU permitiria que um representante do nosso Partido pudesse apresentar-se, como peticionário, diante da Comissão política ou diante de uma sessão plenária da Assembleia Geral.

b) Exigir, dos Estados membros aliados do governo português, o respeito e a prática rigorosa das resoluções respeitantes ao colonialismo português.

c) Prestar auxílio ao nosso Partido, a fim de satisfazer as necessidades imediatas do desenvolvimento da nossa luta, principalmente no que se refere aos medicamentos, assistência aos feridos e sustento das vítimas da guerra colonial.

d) Prestar assistência técnica ao nosso Partido, permitindo-lhe apressar o progresso da situação económica, social e cultural das nossas populações nas regiões libertadas.

e) Permitir que os organismos técnicos especializados da ONU — em especial da FAO, da UNESCO e da UNICEF — possam estudar, em colaboração com o nosso Partido e na base das realidades do

nosso país, as modalidades de uma cooperação eficaz no quadro da construção do progresso do nosso povo, após a conquista da independência nacional.

Não poderíamos terminar este memorandum sem insistir ainda uma vez mais sobre os sentimentos pacíficos do nosso povo sobre o nosso interesse pela causa da paz e o nosso ódio à guerra.

Quer diretamente, quer por intermédio da ONU, o nosso Partido já fez bastantes propostas construtivas e realistas ao governo português para a liquidação pacífica da dominação colonial na Guiné e nas Ilhas de Cabo Verde por meio de negociações. Nada mais faremos.

De armas na mão cada dia melhor armado e determinado a prosseguir a luta o nosso povo há-de conseguir obrigar o governo português a ressaltar a legalidade e a moral internacional dos nossos dias em que um dos princípios fundamentais, consagrado pela Carta das Nações Unidas é o do direito inalienável dos povos à autodeterminação e à independência nacional."

AMTICAR CARRAL
Secretário Geral

Atrocidades na Guiné

Publicamos abaixo um breve relato de algumas das muitas atrocidades cometidas na Guiné pelos elementos fascistas que receberam da PIDE instruções para estimular a "coragem" e o "patriotismo" dos seus companheiros de uniforme. Esses crimes abjectos, monstruosos dão-nos o retrato em corpo inteiro do fascismo salazarista.

No dia 12 de Novembro de 1962 o capitão Correia Curto capturou quatro patriotas do PAIGC numa missão de reconhecimento. Como eles se recusassem a falar, mandou abrir uma cova, atirou-os para ali, regou-os com gasolina e assistiu sorridente ao auto de fé! A 25 de Outubro de 1962, o fuzil miliciano Carlos Quitas, da 74.ª Companhia de Caçadores Especiais metralhou um guineense que fugia com dois filhos. Ordenou depois que ele fosse enterrado vivo num buraco aberto para o efeito. Como a vítima não coubesse ali, dois soldados — Joaquim Pedro, de Portalegre, e José Gonçalves, de Faro cortaram-lhe as pernas antes de o enterrarem, ainda com vida. A 4 de Fevereiro do ano corrente, o alferes Delfim Pena do 5.º Batalhão de Caçadores Especiais, após ordenar o espancamento de um prisioneiro, amarrado numa árvore de cabeça para baixo, mandou que o mesmo fosse queimado, acendendo-lhe próprio a fogueira.

Podem esses criminosos estar certos de que NÃO ESQUECEREMOS OS SEUS NOMES!

Socialistas Italianos Contra Salazar

Num ambiente de grande entusiasmo, realizou-se em Roma, de 25 a 30 de Outubro, o 35.º Congresso do Partido Socialista Italiano, em que participaram mais de 600 delegados e várias centenas de militantes.

Diversos oradores, quer da corrente autonomista quer da corrente de esquerda, e nomeadamente o Secretário-geral do PSI, Nenni, referiram-se à luta do povo português pela democracia e pela liberdade e condenaram em termos violentos o regime salazarista, a sua política de repressão interna e a guerra contra os povos das colónias portuguesas, referindo o perigo que representa para toda a Europa a sobrevivência dos fascismos ibéricos.

O Informe da maioria do Comité Central, lido por Nenni, depois de se referir a vários problemas relativos à NATO, afirma que "na política externa italiana, o Partido Socialista (...) tem dado o seu apoio moral à luta pela liberdade do povo português e ao movimento de libertação contra o colonialismo português". E já o texto das Teses políticas aprovado por unanimidade pela corrente autonomista, em fins de Julho, e que faz parte do Relatório do secretário de Partido, dizia, no capítulo referente à política internacional e referindo-se à Comunidade Económica Europeia que "se deveria recusar a admissão de estados fascistas, como a Espanha e Portugal".

O dirigente da corrente de esquerda, Tullio Vecchiotti, referiu-se ao escândalo que representa a presença do regime de Salazar no Pacto do Atlântico e o relatório da sua corrente afirma quando se refere à orientação de uma nova política externa italiana, que "o PSI deve levar à frente e exigir, como programa mínimo de um governo que solicite um apoio socialista,

uma política que requeira, em apoio à luta dos povos colonizados, a adopção de medidas contra a África do Sul e Portugal e a libertação de Angola e dos outros Países ainda sob a dominação colonial".

No final dos trabalhos, o Congresso aprovou uma moção condenando o fascismo em Portugal, a política colonialista de Salazar e afirmando o propósito de exigir o afastamento do governo português de todos os organismos internacionais ("O 35.º Congresso do PSI exprime a solidariedade dos socialistas italianos com os povos da Espanha e de Portugal, em luta contra as ditaduras fascistas que oprimem aqueles países; com os povos de Angola e da África do Sul em luta contra a opressão colonial e discriminação racial; o Partido compromete-se a agir em todas as ocasiões e por todos os modos possíveis afim de que desapareçam daqueles países e do mundo as vergonhas do fascismo, do colonialismo e do racismo e afim de que os governos fascistas e colonialistas sejam eliminados de todos os organismos de colaboração internacional").

No debate sobre política externa do Senado italiano fala-se de Portugal.

Durante o debate de política externa do Senado italiano, na sessão do dia 31 de Outubro, o senador socialista Paolo Vittorelli, referindo-se à política que deveria seguir o futuro governo disse: "No enquadramento do actual equilíbrio dentro do Pacto do Atlântico, existem muitas políticas possíveis, entre as quais a Itália deverá fazer a sua escolha; neste âmbito — disse o orador — deverá prosseguir-se o objetivo da unidade política europeia em bases democráticas, com o ingresso da Grã-Bretanha e a exclusão de Portugal e da Espanha".

E Isto é um Tribunal Fascista! Colonialismo e Anti-colonialismo

(Conclusão)

GERMAN LEYENS

No dia seguinte, Silva Caldeira daria o golpe de misericórdia à farsa de julgamento a que lhe fora dado presidir. Quando se outorgou a José Bernardino a palavra antes da sentença este começou a justificar a motivação da sua conduta, dentro dos seus plenos direitos, já que estava falando em sua própria defesa. Logo que principiou a falar, o juiz fê-lo calar-se acusando-o de fazer propaganda comunista. Ao ver que persistia em defender-se, fêz sinal aos polícias políticos que rodeavam Bernardino, os quais se lançaram sobre ele, batendo-lhe com os casquetes e esmurrando-o até o prostrar por terra, enojando-se e gritava "Abaixo o fascismo!". Continuaram a bater-lhe até que se calou e arrastaram-no então para fora da sala. Uma tia do estudante que no meio da assistência se levantou para lançar o mesmo grito do sobrinho, foi imediatamente presa e encarcerada no forte de Caxias.

Bernardino, ausente, foi então condenado a dois anos e meio de prisão mais as chamadas "medidas de segurança".

Podia pensar-se que uma pena de prisão de dois anos e meio não é extremamente dura, considerando a brutalidade habitual dos regimes policiais fascistas. Mas vale a pena, falar um pouco mais do que significam na realidade as medidas de segurança. Constitui este um aspecto interessante dos métodos utilizados pelo governo de Salazar no seu vão intento de cobrir a violenta repressão antipopular com um manto legal. As "medidas de segurança" não são mais do que a entrega total do cidadão nas mãos do governo, que pode mantê-lo encarcerado durante o tempo que considerar conveniente, depois do cumprimento da sentença. Sucede assim, por exemplo, que existem cidadãos como o veterano líder trabalhador Manuel Rodrigues da Silva, que passou vários anos no campo de concentração do Tarrafal. Sem ser submetido a juízo, foi posto em liberdade e preso novamente em 1950 e condenado "legalmente" a oito anos de cárcere, mais as "medidas de segurança". Continua ainda preso. O advogado Humberto Lones, condenado em 1957 a dois anos e meio "com medidas de segurança" está ainda na prisão. E como este muitos outros casos.

Ouvimos muitas vezes perguntar como tem sido possível a Salazar manter-se no poder durante tantos anos. O regime antidemocrático em Portugal tem 37 anos de experiência no aperfeiçoamento do seu aparato repressivo para manter a maioria dos setores da população na ignorância e confusão. Fora das milícias fascistas e da organização fascista da juventude, "Mocidade Portuguesa" existem em Portugal sete órgãos policiais repressivos, todos dirigidos e coordenados pela PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado) e nalguns casos, como o da Guarda Nacional Republicana (GNR), melhor armados do que o exército.

O terror antipopular recal como um pesado fardo sobre as mentes da população, mas não logra sufocar a sua luta. Pelos motivos mais ínfimos a ditadura lança operários, camponeses, estudantes e intelectuais honestos nas suas masmorras. Numerosas fortalezas, prisões e campos de concentração albergam milhares de presos políticos. Os nomes das fortalezas de Caxias e Peniche das prisões do Aljube e do Pôrto (situada justamente numa rua chamada "do Heróismo") de Coimbra, de Pacos de Ferreira e do campo de concentração do Tarrafal, são símbolos da opressão fascista sobre Portugal.

São também aprovados integralmente e estimulados pelo governo o analfabetismo e o uso da religião com fins políticos. O cardeal Cerejeira é amigo de infância e companheiro de seminário de Oliveira Salazar Coopera eficazmente com o governo em todas as suas iniciativas: na guerra colonial, assim como na repressão incluindo mesmo os eclesásticos. O padre Pinto de Andrade (irmão de Mário de Andrade, dirigente do Movimento Popular de Libertação de Angola) encontra-se encarcerado, assim como outros religiosos angolanos sem que o cardeal nada faça em seu favor. O bispo do Pôrto foi proibido de exercer as suas funções religio-

sas por ter enviado uma carta de protesto a Salazar.

A ditadura fascista gravita também sobre a cultura portuguesa. Todas os diários e revistas são submetidos à censura prévia. Mesmo obras de Lope de Vega e Shakespeare são recusadas pela censura oficial como sucedeu recentemente com a Companhia Rogério Paulo, que ganhou o Concurso do Teatro das Nações em Paris. Na violação de casas particulares e nas inevitáveis confiscações de livros, os esbirros salazaristas levam até obras de autores tão "subversivos" como Nietzsche...

Finalmente, um pilar vital da ditadura fascista de Portugal é a ajuda prestada pela OTAN e o auxílio económico e político dos círculos imperialistas. Calcula-se em 112 milhões de libras esterlinas o montante da ajuda militar dada pela OTAN a Salazar.

Os interesses criados pelos Estados Unidos, Alemanha Ocidental, Grã-Bretanha e França em Portugal e colónias, devido as grandes inversões existentes, tornam óbvia para qualquer observador de Portugal a estreita correlação en-

tre a ditadura e esses países. Uma permanente rotação de visitas económicas, políticas e militares passa pelas repartições de Salazar proveniente desses países. A solidariedade de interesses dos setores mais reacionários do mundo, torna-se também evidente pelas excelentes relações e coordenação existentes entre o governo sul africano e Salazar tanto mais evidente quanto a África do Sul tem fronteiras comuns com as colónias portuguesas.

É este o Portugal de 1963: farsas de julgamentos contra estudantes e lutadores pela democracia, a rádio que vociferava marchas marciais como "Angola é nossa" letrados enalçados pelas ruas que dizem "ANGOLA É PORTUGAL, NÃO CONSENTIREMOS NA SUA DESTRUÇÃO" e outros mais antigos que falam de sonhos passados "GOA, LUZ DO OCIDENTE EM TERRAS ORIENTAIS". Por toda a parte uniformes militares, postos de polícia na própria Universidade e por detrás de tudo um povo que luta desesperadamente e que vencerá, e com esse povo, os estudantes portugueses.



José Bernardino espancado em pleno Tribunal

Operários e camponeses lutam

A intensificação da repressão policial não tem, contudo, impedido o desenvolvimento das lutas reivindicatórias da classe operária. O exemplo dos mineiros de Aljustrel, dos trabalhadores da Carris e dos Telefones, vitoriosos nas lutas travadas pelo aumento de salários, tem sido seguido por numerosas categorias profissionais. Em dezenas de grandes empresas os conflitos entre patrões e operários são constantes, originando-se daí movimentos dos quais sai robustecida a unidade dos trabalhadores.

Em Pero Pinheiro, várias dezenas de operários reuniram-se recentemente no respectivo sindicato, exigindo dos dirigentes uma ação energética em defesa dos direitos da classe. Muitos deles recusaram o aumento de dois escudos, oferecido pelos empregadores, exigindo dez escudos.

Em Vila Franca de Xira, a Fiação de Lãs entrou em conflito com o pessoal. Os novos proprietários exigem dos operários o pagamento de 17 meses de aluguéis em atraso, ameaçando expulsá-los do bairro operário da empresa se, pelo menos, não aceitarem pagar rendas superiores. A reação dos operários a essas repugnantes manobras vem crescendo de dia para dia, ameaçando as autoridades locais.

Na Tinturaria de Chelas, os operários principiaram a organizar-se para lutar contra os abusos e prepotências da direção. Como protesto pelo não atendimento de algumas reivindicações legítimas, o pessoal recusou-se a trabalhar num domingo em que devia ser atendido uma encomenda urgente do Exército.

Em todo o Sul do País, os operários agrícolas organizam-se para a próxima campanha da apanha da azeitona na luta pela conquista de melhores salários. A tendência dos trabalhadores é para não aceitarem jornadas inferiores a 35 escudos para homens e 20 para mulheres. O problema das oito horas não se coloca desta vez, pois devido aos dias serem curtos, os trabalhadores não têm a possibilidade de exigir um período de trabalho de duração superior àquele limite.

Entretanto, em todo o Alentejo prosseguem as lutas parciais dos trabalhadores do campo com numerosos choques entre estes e a GNR e a Polícia. Em Ervidel, reagindo contra o prolongado desemprego dezenas de trabalhadores promoveram uma manifestação na Casa do Povo local. Os dirigentes desta, alarmados, ofereceram-lhes trabalho numa estrada, perto de Odemira. Como a jornada proposta fosse de 24 escudos com o horário de 10 horas, os manifestantes recusaram declarando que só aceitarão o horário de 8 horas e o salário mínimo de 30 escudos. Em Alcaçer do Sal, o latifundiário António Amaral da Herdade dos Cachopos, insiste em roubar aos operários rurais a conquista da jornada das oito horas. Sem sucesso, porém. Por ocasião da sua última tentativa, 80 trabalhadores na presença de uma patrulha da GNR, chamada para os amedrontar, preferiram abandonar em massa o trabalho a conformarem-se com as suas exigências. Em Alcórrego, a luta pela jornada das oito horas continua firme, tendo numerosos proprietários sido forçados a conformarem-se com o horário imposto pelos trabalhadores.

ANGOLA: PROSSEGUE A GUERRA

As forças do Exército de Libertação Nacional Angolano (ELNA) conquistaram recentemente, num duro combate em que pereceram 32 soldados portugueses, uma zona situada perto de Mabubas, a cerca de 60 quilómetros de Luanda. O recrutamento das operações militares veio, confirmar a seriedade das declarações do sr. Roberto Holden na sua conferência de imprensa de 4 de Setembro p.p., em que anunciou a intensificação da luta de libertação. Por outro lado, o desenvolvimento atual das operações decorre já numa fase em que se está tornando uma realidade o auxílio material que à luta do povo angolano resolveu conceder a Conferência dos chefes de estado africanos de Addis-Abeba.

REFUGIADOS E EMIGRANTES

200 mil era o número de angolanos que, no princípio do levantamento angolano, procuraram refúgio em diversas regiões do Baixo Congo. Hoje, porém, existem mais de 500 mil refugiados, dos quais 150 mil só na região de Thysville. Se aos refugiados acrescentarmos os emigrantes angolanos, atualmente radicados nos dois Córregos, nas duas Rodésias e no Sul-Oeste Africano, então teremos perto de um milhão e meio de angolanos fora de sua pátria, em virtude da política colonial do governo português!

GUARDAS KATANGUESES EM ANGOLA

Em carta dirigida ao secretário geral da ONU, o sr. R. Holden denunciou a presença de destacamentos da antiga guarda katanguesa nas regiões angolanas de Camanongue, Dilolo e Luacano.

CONDIÇÕES PARA A CESSAÇÃO DA GUERRA

Na mesma carta o presidente do Governo Republicano de Angola no Exílio apresentou mais uma vez as condições necessárias para a solução pacífica do conflito.

- 1 - Aceitação pelo governo português do princípio enunciado na resolução da Assembleia Geral das N.U. n.º 1514 recomendando às potências coloniais, especialmente a Portugal, o reconhecimento aos territórios sob seu domínio do direito à autodeterminação e à independência.
- 2 - Anistia geral e libertação de todos os presos políticos (angolanos) em conformidade com as resoluções da Assembleia Geral das N.U. n.º 1654 de 27/11/61 e n.º 1742 de 30/1/62.
- 3 - Retirada de todas as forças chamadas de "pacificação".
- 4 - Negociações sobre a transferência do poder, em conformidade das resoluções da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança das N.U.

AS PRIMEIRAS CONVERSACOES

O sr. Sekou Mingué esclareceu alguns aspectos das primeiras conversações entre o ministro do exterior do governo salazarista e representantes diplomáticos de nove estados africanos, em artigo publicado em "Jeune Afrique". Começa por referir que o que mais impressionou o secretário geral das N.U. foi o passo, no relatório do diplomata nigeriano sr. Amchrea, que se deslocara a Lisboa, segundo o qual o ministro Franco Nogueira lhe declarou que o governo português preferia discutir com os africanos a fazê-lo com os americanos. Foi assim que se estabeleceram as primeiras conversações luso-africanas, tendo o sr. U Thant declarado aos embaixadores africanos dos nove países: "quaisquer que sejam os propósitos dos portugueses, estas conversações revelarão a sua verdadeira disposição quanto à aplicação das resoluções da ONU. Se esses propósitos se mostrarem negativos, a vossa posição só sairá reforçada". Por seu lado, o embaixador tunisino sr. Taleb Slim, declarou na altura, indicando as circunstâncias em que as conversações haviam decorrido: "Certas garantias prévias deverão ser obtidas: é preciso primeiramente que as discussões tenham como base as resoluções da ONU, isto é, que elas sirvam para

determinar os meios de pôr em prática o direito à autodeterminação e à independência das colónias portuguesas: em segundo lugar, essas conversações deverão desenrolar-se no quadro da ONU e com a participação dos representantes das colónias em questão, o governo de Roberto Holden por exemplo."

ANGOLA E O POVO PORTUGUES

O sr. E. Kounzika, vice-presidente do Governo Republicano de Angola no Exílio, fez as seguintes declarações acerca das relações dos povos angolano e português:

"Se o sr. Salazar e o almirante Américo Tomaz o ignoram por estarem cegos pelo poder, o povo português, todavia, não ignora que nesta guerra colonial e injusta a vitória final cabe antecipadamente ao povo angolano, menos pelas armas do que pela razão e a justiça que estão do seu lado e que acabam sempre — quer se queira ou não — por triunfar no fim de todas as guerras coloniais. Pode ser que a guerra continue e isso às custas dos nossos dois povos, mas os portugueses sabem até pela experiência, que é Angola que vencerá, como foi Portugal que saiu vencedor das lutas contra os seus antigos conquistadores e senhores, como os espanhóis e os mouros, para só citar estes." E a seguir: "Num diálogo, aliás inevitável, com os portugueses reside a salvação de Angola e a sua amizade com Portugal."

"É isso que explica os frequentes conflitos em Portugal, não obstante o regime desejar impedi-los, e que torna solidários o combate antifascista e o combate anti-colonialista."

E acrescenta o Boletim de Informações do Comité Executivo da Frente Nacional de Libertação de Angola, de que extraímos estes elementos: "A política de balcanização de Angola é irrealizável porque todo o povo de Angola está contra ela. Além disso, ela contraria os interesses dos próprios europeus de Angola. Estes não poderão ter melhor garantia fundamental que a implicada pela democracia que nós desejamos instalar no nosso país, livre de toda a discriminação racial ou religiosa. Isto é verdade para todos os europeus que queiram viver conosco em Angola conforme a escolha que eles próprios terão de fazer."

GUINÉ: OS NACIONALISTAS MELHORAM SUAS POSICOES

Depois de terem expulsado as tropas portuguesas da região compreendida entre os centros administrativos de Mansôa, Mansaba e Bissorá, dominada pela grande floresta de Oio, os nacionalistas infligiram algumas outras derrotas às tropas salazaristas. Assim, controlam já a localidade de Enxalé, sobre a margem direita do rio Geba, e a região entre a estrada Mansôa-Mansaba e este mesmo rio. Outras derrotas portuguesas tiveram lugar próximo de Empada, em que um destacamento português que dali partira com a missão de restabelecer a ligação com Buba, caiu numa emboscada em Catiló, a cerca de 8 quilómetros de Empada, tendo perdido 15 homens e um jeep Willys, fornecido pelo Brasil.

Outro destacamento português caiu numa zona minada pelos nacionalistas, em Falacunda e perdeu parte dos seus efectivos.

Entretanto, as forças salazaristas, prosseguindo na sua acção de genocídio, continuam procedendo a bombardeamentos com napalm depois de retiradas as populações brancas dos locais a bombardear. Assim, centenas de aldeias foram já destruídas, algumas pela segunda vez, depois de pacientemente reconstruídas, pelos sobreviventes. Este é o caso, por exemplo de Morés, Salacur e Banta.

Mas os nacionalistas continuam progredindo militarmente, tendo já procedido ao isolamento da segunda cidade do país, Bafatá, cujo acesso terrestre se encontra diminuído em virtude de só estar nas mãos do exército português a estrada Bissau-Bula-Ngoré. Mas esta mesma via está já ameaçada pelos nacionalistas, pondo assim em perigo a comunicação rodoviária entre a capital (Bissau) e as regiões oriental e de S. Domingos.

Pela amnistia e contra a repressão

O FASCISMO PORTUGUÊS DENUNCIADO E COMBATIDO EM TODA A EUROPA

Mercê sobretudo da ação dos Comitês Nacionais Pró-Amnistia aos Presos e Exilados Políticos Portugueses, intensificou-se em toda a Europa, nos meses de outubro e novembro, a campanha a favor da anistia e de denúncia dos crimes de fascismo e do colonialismo salazaristas. Apresentamos, abaixo, um balanço das principais iniciativas levadas a efeito.

INGLATERRA

Em 12 e 13 de outubro de Associação Nacional das Organizações de Estudantes Trabalhistas (N.A.L.S.O.) organizou na Universidade de Nottingham um fim de semana dedicado a vários problemas de política internacional.

Foi dado especial relevo ao caso de Portugal e das colónias portuguesas. Na tarde de sábado, 12 de outubro, Sacuntala de Miranda fez uma palestra sobre a situação em Portugal e nas colónias portuguesas e sobre as perspectivas da luta anti-fascista enquadrada especialmente pela F.P.L.N. A palestra foi seguida de um debate, em que a audiência estudantil participou com entusiasmo.

Domingo 13 de outubro, um representante da N.A.L.S.O. expôs o programa de uma campanha anti-salazarista a ser desencadeada com a colaboração de diversas organizações inglesas susceptíveis de apoiar o movimento anti-fascista português. O programa, que inclui manifestações anti-salazaristas, comícios e uma campanha de imprensa, foi aprovado por unanimidade. Todos os estudantes presentes, representantes da N.A.L.S.O. em diversas universidades inglesas, se comprometeram a apoiar activamente a campanha, criando núcleos locais para a divulgação de notícias sobre a situação em Portugal e a promoção de comícios e manifestações em ocasiões oportunas.

ITALIA

Organizado pelo Conselho Regional Toscano da Resistência e em colaboração com a Federação Internacional da Resistência teve lugar em Florença o "Encontro Internacional contra o ressurgimento do nazismo e do fascismo: pela liberdade democrática, a independência nacional e a paz". As reuniões efectuaram-se no Palazzo Vecchio, nos dias 11 e 12 de outubro e no dia 13 realizou-se uma grande manifestação de rua em que participaram milhares de pessoas.

O Congresso teve como objectivo desmascarar as actividades dos movimentos neo-fascistas e neo-nazis europeus e estudar a orientação a seguir para uma acção anti-fascista comum, em particular em relação aos países em que o fascismo ainda existe sob uma forma declarada — como é o caso de Portugal e de Espanha — ou mascarada — Alemanha Ocidental e Grécia.

As adesões foram numerosíssimas e provieram de grupos de orientação política, ideológica e religiosa diversos: estiveram presentes, entre outros, o Abade francês Alexandre Glasberg, o ex-ministro francês Pierre Bloch, o professor

deral, e homens políticos e intelectuais italianos, entre os quais o Senador Umberto Torraccini, Cuciniello da Confederação Geral Italiana do Trabalho (CGIL), Senador Ferrucci Parri, Nencini da Ampia.

Os trabalhos iniciaram-se com um discurso do Professor La Pira, Presidente Democrato-Cristão do Município de Florença o qual sublinhou o grande valor histórico da resistência europeia que constituiu o fim de uma época trágica para os destinos da Humanidade e o começo de uma nova época, caracterizada pelo pontificado de João XXIII e pelo Tratado de Moscovo mas ainda onde permanecem zonas obscuras que é preciso eliminar: o fascismo, o franquismo e salazarismo, o colonialismo, o racismo.

Durante o Congresso foi lida uma mensagem da Frente Patriótica de Libertação Nacional Portuguesa, denunciando vigorosamente o regime fascista de Salazar e chamando a atenção para a luta que o Povo português está travando contra o regime fascista e colonialista de Salazar, pela Liberdade e pela Democracia em Portugal e pelo fim da guerra colonial. A mensagem terminava apelando para que seja prestada a maior ajuda e uma activa solidariedade aos povos submetidos aos regimes ditatoriais que ainda sobrevivem na Europa.

O Congresso tomou várias decisões tendentes a reforçar o Movimento Unitário da Frente Anti-Fascista Europeia e a eliminar — quer por uma acção de massas, quer ao nível das relações entre estados — todas as formas de fascismo e de nazismo existentes na Europa.

FRANÇA

O relato dos trabalhos da Conferência da Amnistia aos Presos e Exilados Políticos Portugueses, realizada em Paris, em dezembro de 1962 foi agora publicada na capt.



tal francesa. Informa-nos o Comité Francês que o preço da edição é de 4 francos, devendo os interessados dirigir-se para o efeito ao sr. Daniel Vidal, 3 Rue des Pervenches, Bagneux (Seine).

O Boletim do Comité Francês, relativo a Outubro, insere amplo noticiário sobre as últimas prisões realizadas pela PIDE, sobre o caso da família do democrata Campos Lima de que nos ocupamos em outro lugar, e sobre a situação de Manuel Rodrigues da Silva e dos implicados no processo de Beja.

HOLANDA

O Comité nacional de Holanda tem obtido novas adesões e decidiu apadrinhar vários presos políticos, tendo ainda em projecto a realização de uma grande campanha junto da opinião pública.

De outro lado fundou-se recentemente em Amsterdam uma nova agremiação — Actiecomite Angola — com o objectivo de informar de vividamente o povo holandês da marcha da guerra colonial de Angola. Reflexamente e com a ajuda dos portugueses da Holanda, o problema da política fascista do fascismo salazarista e de modo particular o da repressão vem sendo objecto de ampla divulgação. Para a receptividade encontrada por essa campanha, muito contribuiu o escândalo subsequente à manifestação de protesto anti-salazarista realizada em Julho durante o festival militar da NATO. Nessa oportunidade, mais de quinhentos jovens, em sinal de protesto contra a polí-

tica colonial-fascista de Salazar invadiram com cartazes o estádio olímpico de Amsterdam onde se exibia a banda da Guarda Nacional Republicana Portuguesa. A repressão, coube assinalar, foi violentíssima.

DINAMARCA

Em Copenhague foi também fundado um Comité para a Amnistia que iniciou imediatamente as suas actividades promovendo uma campanha de recolha de assinaturas para um protesto a enviar às autoridades fascistas de Lisboa.

Apelo da Federação Sindical Mundial

A Federação Sindical Mundial enviou à Comissão dos Direitos do Homem da ONU um energico protesto, que é também um apelo, a propósito da política de repressão do governo fascista de Salazar. O documento, assinado pelo secretário da FSM, Roberto Hernio, é do seguinte teor:

"Illmos. Senhores:
Em varias ocasiões a Federação Sindical Mundial denunciou as constantes violações, por parte do governo português, dos Direitos do Homem.

Hoje, temos a honra de vos escrever, para renovar perante essa alta instância internacional o nosso indignado protesto contra a política de repressão do governo de Salazar que recusa aos trabalhadores e a todos os portugueses os direitos fundamentais da pessoa humana. Em Portugal, o simples pedido das liberdades sindicais, das liberdades de expressão, de reunião ou de associação, constitui crime punido pela lei.

Nas prisões de Caxias, de Peniche, na sede da PIDE no Porto, na colonia penitenciaria de Paços de Ferreira, nos campos de concentração das colonias, há milhares de democratas condenados a pesadas penas de prisão por delicto de opinião ou pelo facto de fazerem greve. A tortura e a prisão são os instrumentos do governo de Salazar para abafar a voz da opposição politica e impedir o exercicio dos direitos do homem, universalmente reconhecidos.

Entre os milhares de patriotas que enchem as prisões portuguesas, mais de uma centena estão condenados à prisão perpétua em nome da chamada lei de "medidas de segurança". Com efeito, os condenados submetidos às "medidas de segurança", cumprem primeiro o tempo correspondente à pena que lhes foi aplicada; mas uma vez esta pena cumprida ela é prolongada de três em três anos sob simples proposta da PIDE (polícia politica). Isto é na realidade a prisão perpétua.

Assim, valorosos combatentes da democracia já passaram mais de vinte anos na prisão e ainda continuam encarcerados. É o caso do operario metalurgico e dirigente sindical Manuel Rodrigues da Silva. Este corajoso operario militante foi preso em 1936 e internado no Campo de Concentração do Tarrafal durante nove anos sem sequer ter sido julgado. Preso de novo em 1950, encontra-se ainda no Forte de Peniche depois de mais de 23 anos passados na prisão. Desde há muito que cumpriu a pena à qual foi condenado em 1950; mas continua na prisão a pretexto das "Medidas de Segurança". Hoje, Manuel Rodrigues da Silva está gravemente doente. Atingido por uma congestão cerebral, continua meio paralisado, sem assistência medica de espécie alguma, correndo risco de vida nas condições inumanas que lhe são impostas.

A FSM pede-vos, em nome de 120 milhões de trabalhadores filiados, para que façam as recomendações necessarias, lembrando ao governo de Portugal a observação efetiva dos direitos que, em sua qualidade de membro da ONU, deve respeitar.

Renovando os nossos sentimentos mais respeitosos, recebam as nossas melhores saudações.

ROBERTO HERNIO
Secretario da Federação Sindical Mundial

Violencia da PIDE levanta protestos em França

PARIS, (Do Correspondente) — Uma nova e vergonhosa arbitrariedade da PIDE, particularmente chocante por atingir uma mãe de família e seus filhos, acaba de emocionar os meios democraticos franceses, gerando uma campanha de protestos que está assumindo proporções internacionais.

O caso relaciona-se com as perseguições movidas pela PIDE ao conhecido democrata Emilio Campos Lima, atualmente exilado em França.

Sua mulher, a enfermeira Hortênsia Campos Lima, já duas vezes presa, quis naturalmente vir ter com seu marido, acompanhada de seus dois filhos, Alvaro, de dois anos de idade, e Silvia de seis anos. Durante três meses, fez todas as diligências para obter um passaporte a fim de se juntar a seu marido, o qual, aliás, se encontra legalmente em França! Os pretextos foram clinicamente multiplicados pelas autoridades fascistas do Governo Civil de Lisboa e pela PIDE para recusarem, por mais de uma vez, a concessão de um passaporte, embora medicos franceses tenham atestado do delicado estado de saúde de Emilio Campos Lima, o qual sofre de um enfarte de miocardio, necessitando a presença e apoio da familia.

Finalmente a terceira diligencia foi concedido o passaporte a Hortênsia Campos Lima, em Faro, onde tinha ido viver com a familia.

Partiu de Lisboa a 16 de setembro, acompanhada dos filhos. Mas não contavam com o cinismo e crueldade da PIDE a qual, na Fronteira de Vilar Formoso, os impediu de seguir viagem sem apresentar para o efeito qualquer explicação — tanto mais que se encontravam munidos de um passaporte em ordem! Assim a PIDE assume a responsabilidade de, arbitrariamente e por mero espirito de vingança, já que não pôde a tempo prender e torturar o pai, servir-se da mulher e dos filhos como "refens"! A baixezca desta atuação, que ultrapassa o que é habitual mesmo na perseguição a um adversario politico, despertou a repulsa da colonia portuguesa em Paris. Tanto mais que muitos trabalhadores vêem suas mulheres também impedidas pelas autoridades em Portugal de virem ter com eles sob o pretexto de que os maridos não se encontram regularmente instalados em Paris!

Numa reunião de trabalhadores portugueses de Paris logo foi aprovado e assinado um texto de protesto contra esta arbitrariedade desumana e, posteriormente, representantes dos trabalhadores portugueses procuraram os sindicatos franceses que prometeram a sua solidariedade.

Nos meios democraticos franceses a reação tem sido de unânime condenação. A Associação Internacional dos Juristas Democraticos enviou duas cartas, uma de protesto ao Embaixador de Salazar em Paris — Marcelo Matias — e outra pedindo a sua intervenção ao Embaixador de França em Lisboa. Nessas cartas, o Secretario Geral da conhecida associação de juristas, o advogado Jee Nordmann, salienta que o ato da PIDE impedindo Hortênsia Campos Lima e seus filhos de virem ter com o seu marido e pai viola a propria lei portuguesa, o direito que todo o cidadão tem a viajar, a liberdade de comunicação prevista na Declaração Universal dos Direitos do Homem e recentemente evocada pela enciclica de João XXIII Pacem in Terris, viola enfim os mais sagrados direitos da familia.

O Comité Francês pela Anistia em Portugal enviou dois telegramas de protesto, assinados pelo seu secretario Daniel Vidal, um ao Embaixador em Paris e outro ao Ministro do Interior em Portugal.

A organização humanitaria francesa Secours Populaire (Socorro Popular) enviou já uma carta de protesto à Embaixada de Salazar em Paris, e vai levar a cabo outras ações de solidariedade.

A Liga Internacional dos Direitos do Homem também já protestou:

- 1) Junto da Embaixada de Portugal em Paris;
- 2) Junto do Ministério do Interior em Portugal;
- 3) Por carta ao Secretario Geral da ONU
- 4) Por carta à Cruz Vermelha Internacional.

Um outro protesto foi assinado por personalidades francesas e enviado a Salazar. Subscrevem-no Jean-Marie Domenach, diretor da revista "Esprit", Abbé Glassberg, do C.O.S.E., o dramaturgo Artur Adamov, o advogado L. Fouace, do Sindicato Cristão C.F.T.C., os medicos Dr. Frumusen e Dr. Hértzog, o escritor Claude Roy, Maitre Roger Supperville, etc.

Em Italia, o caso foi noticiado com grande relevo nos jornais "Avanti" do P.S.I. e "Unita" do P.C.I., com fotografias de Hortênsia Campos Lima e seus dois filhos, sob o titulo "Ostaggi di Salazar".

Varias personalidades francesas — democratas, sindicalistas, juristas, medicos, personalidades catolicas — têm se interessado pelo caso, que vem revelar mais uma vez a verdadeira natureza do salazarismo e estão dispostas a levar para a frente esta campanha de justa solidariedade se entretanto, as autoridades portuguesas não deixarem sair de Portugal Hortênsia Campos Lima e seus dois filhos, para se juntarem ao marido e pai!

Acompanhemos este movimento humano de solidariedade com os nossos protestos! Portugal hoje é uma prisão, onde não se pode viver nem trabalhar, e de onde não se pode sair! Mil e uma dificuldades e riscos atravessam os simples trabalhadores e os democratas que precisam de vir ao estrangeiro por qualquer razão, para ganharem a sua vida ou por outros motivos. Mas agora as autoridades fascistas comecam a nem sequer deixar as familias juntarem-se aos portugueses que já se encontram no estrangeiro, e a quererem servir-se delas como refens! Protestemos junto de Salazar, do Ministro do Interior, do Ministro dos Negócios Estrangeiros contra mais esta violencia desumana da PIDE!

Uma atitude do Gen. Delgado

"Fiquei imensamente sensibilizado pelas cartas publicadas no Daily Telegraph. Registre com particular interesse a vossa defesa do eng. Blanqui Teixeira e outros. Desejo sublinhar o quanto estamos orgulhosos de ter homens tão corajosos e dignos como nossos compatriotas. Permitam-me que vos transmita, em nome do Movimento Nacional Independente, felicitações pelo trabalho que está sendo realizado na Inglaterra pelo vosso Comité".

(De uma carta do gen. H. Delgado ao British Committee for Portuguese Amnesty)



Samson, da Academia de Ciências da URSS, a Senhora Lambrakis, viúva do deputado democrático grego recentemente assassinado pelos fascistas gregos, representantes do anti-fascismo belga, iugoslavo, representantes de movimentos democraticos da Alemanha Fe-

"A VOZ DA LIBERDADE"
Emissora da Frente Patriótica de Libertação Nacional

Todos os Sábados:
20,15 — Hora do Brasil
0,15 — Hora de Portugal

Em ondas médias na faixa dos 320 metros
Em ondas curtas na faixa dos 25 metros

PORTUGAL DEMOCRATICO

Aumenta o terror policial

LISBOA (Do Correspondente) Oferecendo um desmentido frontal às conclusões otimistas do relatório de Lord Russell — esse relatório que tão justa indignação levantou entre os patriotas presos — a PIDE intensificou nas ultimas semanas a repressão. Certas torturas que só raramente eram empregadas voltaram a figurar entre as práticas cotidianas dos esbirros policiais e os espancamentos e brutalidades de toda a ordem tornaram-se novamente moeda corrente em todos os presídios salazaristas. Os dirigentes e membros do Partido Comunista Português são, como sempre, os mais visados pelas assassinas do soldo do fascismo e sobre eles recaiu o peso maior das violências do aparelho policial do regime. O eng. Blanqui Teixeira, membro do Comité Central do PCP foi submetido ultimamente a tortura do sono durante 13 dias e 12 noites sob a vigilância agressiva do criminoso Tinoco. Só essa "sessão" custou àquele patriota a perda de oito quilos. No final, embora o seu estado requeresse urgentes cuidados medicos, foi metido num dos buracos do Aljube e proibido de receber visitas durante período superior a 15 minutos, uma vez por semana. Entre outros patriotas que a PIDE se compraz a torturar, submetendo-os ainda a

vexames vários contam-se Octávio Pato, Antonio Dias Lourenço, José Bernardino, José Carlos e Jorge Araujo. José Bernardino continua proibido de receber livros, sendo mantido em completo isolamento. O chefe dos guardas do forte de Peniche, o famigerado Vitor Ramos, insiste em ameaçar de morte os presos, espancando-os de cada vez que se recusam a responder às suas provocações. Entre os guardas que mais se distinguem pelas suas violências contra os patriotas presos, secundando aquele esbirro, figuram os seguintes: Poupá, Toizam, Sanches, Vieira e Lousada.

Em Caxias, o ambiente não é sensivelmente diferente. A jovem Matilde Bento continua sem assistência medica, apesar de o estado dos seus pulmões se ter agravado, sendo constantes as hemoptises que a atacam.

É, entretanto, reconfortante verificar que não obstante a fúria inumana com que a PIDE se entrega às suas abjetas tarefas e comportamento da esmagadora maioria daqueles que caem nas suas garras é de uma dignidade exemplar e de um heroísmo comovedor. As exceções são raras e quando algum preso se decide a falar traído companheiros em liberdade e dando informações que levam a novas detenções e à desorganização de certas atividades clandestinas, o seu nome ultrapassa os pesados muros dos presídios para ser apontado ao desprezo do povo português.

O C.V.A.A.R. Instala-se em Brazaville

Por decisão do prefeito de Leopoldville, a sede do Corpo Voluntário Angolano de Assistência aos Refugiados, foi encerrada no passado dia 29 de outubro sob a alegação de "não pertencer aos partidos políticos que constituem o governo da Republica Angolana no Exílio, reconhecido pelo governo da Republica do Congo".

Em comunicado datado de 31 de outubro, a Comissão Administrativa do C.V.A.A.R., protestando contra a medida esclarece que a organização tem apenas objetivos filantropicos e nunca desempenhou qualquer papel político. Num apêlo anexo, pede aquela entidade a todos os que a vêm auxiliando que enviem, doravante a correspondência e donativos para a Caixa Postal 2353, Brazaville, Republica do Congo. Os donativos em dinheiro devem ser encaminhados à Banca Societé Générale, conta 6031, Brazaville.

Capitais estrangeiros em Portugal

Foram recentemente adquiridos muitos títulos de algumas das mais importantes empresas portuguesas por uma nova sociedade formada por vários bancos estrangeiros especialmente para esse fim. Essa sociedade, que foi formada em 1961 sob o nome de "SOGLUX — Societé de Gestion Luxemburgaise", é constituída, entre outras, pelas seguintes entidades: Banque Internationale du Luxembourg, Banque de Bruxelles, Commerzbank, Banca Nazionale del Lavoro, Den Norske Creditbank, Rotterdamsche Bank, Bankhauss C. C. Trinkhaus, Banque de l'Union Parisienne, Banque Belge pour l'Industrie e, finalmente, um único banco português, que é o Banco Português do Atlântico.

Retificação

Na reportagem que publicamos em nossa última edição sobre as comemorações do 53.º aniversário da Revolução Republicana do 5 de Outubro de 1910 a presidência do jantar de confraternização realizado em S. Paulo foi atribuída, por lapso, ao sr. Lorenzo Serrano, representante da Republica Espanhola no exílio, quando quem presidiu foi o sr Victor da Cunha Régio, presidente do Centro Republicano Português.

A vida barata

Em fins de novembro, os preços correntes nos mercados do Bolhão e do Bom Sucesso, no Porto, eram os seguintes, para os generos que abaixo discriminamos:
Pepinos 2\$00 cada (80 cruzeiros); laranjas 1\$50 cada (60 cruzeiros); frangos 40\$00 ... (1.600 cruzeiros); ovos 14\$00 a dúzia (560 cruzeiros); pescada do alto 45\$00 o quilo (1.800 cruzeiros); linguado 25\$00 o quilo (1.000 cruzeiros); vitela para bife 40\$00 o quilo (1.600 cruzeiros); boi 35\$00 o quilo (1.400 cruzeiros); porco 32\$00 o quilo (1.280 cruzeiros); e carneiro 28\$00 o quilo (1.120 cruzeiros).

O Natal do preso politico

A campanha do Natal do Preso Político, lançada pelo nosso jornal, encontrou como em anos anteriores a melhor receptividade entre os democratas portugueses do Brasil. A fim de dar à iniciativa uma maior amplitude, está em formação uma grande comissão de que fazem parte representantes de todos os organismos democráticos portugueses de São Paulo, incluindo a recém criada União das Mulheres Portuguesas, presidida pela escritora Maria Archer. Apresentamos abaixo a lista dos últimos donativos recebidos:

Transporte	125.085,40
"Portugal Democrático"	5.000,00
Alexandre Antunes Pereira	5.000,00
Janette G. A. Pereira ..	1.000,00
H. Costa	500,00
F. Costa	500,00
Vitorina Costa	500,00
Lenine de Jesus Alexandre	2.000,00
Maria Aldina	1.000,00
Democratas de Niteroi ..	4.000,00
Silverio Letra	1.000,00
Doracy Azular	300,00
A. Rodrigues	200,00
Grupo Portugueses Democratas de Herstal	58.551,00
A transportar	204.636,40

AS ULTIMAS PRISOES

No momento em que redigimos esta correspondência continuam detidos os escritores Alves Redol, Alexandre Cabral e Alberto Ferreira, bem como o dirigente cineclubista Vasco Granja. A indignação suscitada nos meios intelectuais por essa nova arbitrariedade da PIDE é tanto maior quanto a corrupção fascista se mantém num completo mutismo nada dizendo sobre os supostos "crimes" daqueles democratas e sobre o que deles tenciona fazer. As primeiras reações do estrangeiro à violência pidesca já principiarão a manifestar-se, sendo numerosas as cartas e telegramas de protesto endereçadas às autoridades fascistas por associações culturais e personalidades de varios países.

ESCLARECENDO

(Continuação da Pág. 3)
gal é uma possibilidade de todos os dias e organização legal é uma impossibilidade absoluta nos tempos que vão correndo, sobretudo quando se concluiu, pela experiencia de muitas lutas ao longo de varios anos, que só a força na rua, do Povo em Sublevação Nacional, levará de vencida o fascismo que nos oprime. Numa organização politica, de tipo clandestino, a defesa dos elementos que a compõem deve ser uma preocupação constante, mas isto não quer dizer que a sua melhor forma de defesa seja a inatividade.

AS JUNTAS DE AÇÃO PATRIOTICA TERÃO QUE SER ORGANISMOS ATUANTES, LIGADOS INTIMAMENTE AO POVO, E QUANTO MAIS EXTENSA E INTENSA FOR ESSA LIGAÇÃO MAIS EFICIENTEMENTE ESTÃO PROTEGIDOS TODOS QUANTOS FAZEM PARTE DAS MESMAS.

Os permanentes cuidados que cada elemento deve ter quanto à PIDE além daqueles que sendo discutidos através da organização — e que não tornaremos publicos por imperiosos motivos de segurança — devem estar permanentemente no nosso pensamento, são os seguintes: não levar documentos para as reuniões; nunca apontar nomes ou moradas de elementos pertencentes à organização; nunca utilizar o telefone nem a correspondencia através dos correios para assuntos politicos, sejam eles quais forem. A PIDE controla os telefones e tem nos C.T.T. agentes que abrem e lêem a correspondencia de individuos que têm debaixo de vigilância. Nunca apontar nas agendas de bolso os encontros marcados, nem que isso seja feito em

cifra. Na ida para um encontro ou para uma reunião, cada um deve munir-se de todas as cautelas — em principio, desconfiar de qualquer veículo automovel — seja ele um carro moderno de categoria, um automovel antigo, a cair aos bocados, uma furgoneta pertencente a qualquer firma comercial ou industrial — donde um aparentemente inofensivo casal que parece namorar, um homem ou mesmo uma mulher bem ou mal vestidos podem estar ali disfarçados. Não ter a preocupação de querer saber a identidade das pessoas que constituem outros organismos, que não sejam aqueles a que cada um pertence, deslocar-se e entrar para as reuniões, cumprindo fielmente as instruções que para isso tenha recebido; os locais de reunião, devem rigorosamente obedecer aquilo que está estabelecido; numa reunião, numa sala de uma casa, nunca reunir na dependencia onde esteja instalado o telefone; ter o maximo escrupulo no que diz respeito ao aliciamento de novos elementos e só a pessoas de inteira confiança se pode falar para este fim; cumprir com férrea disciplina aquilo que a cada um foi ou virá a ser determinado em matéria de agitação e propaganda; nunca aceitar um desconhecido só porque este vocifere contra o fascismo; quanto a desconhecidos aceitá-los apenas se vierem credenciados através da organização; ter o cuidado permanente de compartimentar os varios núcleos organizados; todo aquele que cair na prisão não fornecerá ao inimigo quaisquer elementos que possam identificar pessoas ou organismos. O combatente anti-fascista quando é sério não colabora com a PIDE, e se perante ela cede aos convites ou às torturas e lhe presta as declarações que lhe aproveitam, é o mesmo que passar-se para o campo do inimigo."

Perfis Salazaristas

Os Ministros da má Educação

"Diz-me com quem andas, dir-te-ei quem és".

Cada regime tem os ministros que merece. Que merece e que escolhe. O regime de Salazar não falta à regra; também tem os seus.

Tem mais de 42 ministros e ex-ministros que, patrioticamente, ocupam mais de 116 lugares de conselhos de administração das maiores empresas do país, sobretudo estrangeiras.

Tem ao leme, como Presidente da Republica, um almirante que fez carreira nas companhias nacionais e coloniais de navegação.

Tem ministros dos Negócios Estrangeiros, que não são tão estranhos aos negócios dos outros como isso. Tem ministros da Saúde que nunca são médicos. Tem secretários de Estado, como o sr. Correia de Oliveira, que são gatunos provados à espera de julgamento. Tem ministros da Economia ligados por mil cabos de alta finança a companhias eléctricas. Tem ministros que tresandam a petróleo da Sacor e outros que cheiram a sabão da CUF. E tem ministros da Educação mal-educados.

Dêstes, o sr. Carneiro Pacheco, que também foi comissário da Mocidade Portuguesa, foi um dos primeiros. É ele que extingue o ensino infantil oficial e proíbe as escolas móveis. Ainda hoje há muitos salazaristas que citam a sua brilhante obra e o digno exemplo que constituiu para a nossa juventude. Sua Excelência era homossexual.

O sr. Pires de Lima, teve nas suas mãos a pasta da Educação durante mais de 7 anos. Foi sempre desabrido e violento com os estudantes. É ele que encerra a Associação de Estudantes da Faculdade de Medicina e o Ciné-Clube Universitário de Lisboa, e a Associação de Estudantes de Belas Artes do Porto. Mas nunca se recusou a cantar fados — mesmo pelo telefone do seu gabinete de ministro — quando uma fadista sua amiga, lho pedia.

O sr. Leite Pinto que se lhe seguiu, é o célebre autor do falecido decreto 40.900 que pretendia asfixiar as associações de estudantes acusando-os de irresponsabilidade. Entretanto, o responsável Leite Pinto, hoje reitor da Universidade Técnica, de Lisboa, nunca deixou de tratar os dirigentes estudantis que se viu forçado a receber, por "tu" e por "é pá".

A um grupo de alunas universitárias que pretendiam obter autorização para se deslocar ao estrangeiro, o sr. ministro respondeu com muita elevação: "Que as senhoras estudantes universitárias queiram ter aventuras no país, não é comigo. Mas no estrangeiro é que não consinto". E Sua Excelência, encantado consigo mesmo, ainda empregou mais uns tentos palavrões para reforçar os seus patrióticos conceitos.

Algum tempo depois, as declarações que o sr. Leite Pinto fez aos dirigentes estudantis, quando quiz encerrar o Clube Universitário de Jazz de Lisboa, que acabou realmente por ser dissolvido, não revelaram muitos progressos na sua educação: "Lá que eles toquem saxofone, não me mala. Mas que não queiram largar sentenças": E nós dizemos "largar sentenças" porque não queremos descer tão baixo quanto pode descer um ministro salazarista.

Em 1961, novo ministro, novo sub-secretário da Educação. Do sub-secretário, por exemplo, diziam os estudantes que já não seria mau se ele bebesse menos. Pelo menos assim talvez não esquecesse tanto os direitos e as aspirações estudantis.

E hoje? Hoje, o ministro da Educação, o sr. Galvão Teles, tem outro verniz. É pequeno, bem vestido, de maneiras delicadas, de sorriso pronto no momento exacto, é de boa conversa (Mais r, menos r, e se não ligarmos a uns ffff que faz no meio das frases, que pela sua semelhança com os travões dos dois andares da Carris, levavam os estudantes a alcunhá-lo de "auto-carro").

É mesmo tão, tão, tão, bem-educado, que enquanto director da Faculdade de Direito de Lisboa, nun-

ca deixou entrar nenhum estudante, nas aulas, sem gravata. Um pobre rapaz que ia fazer o seu exame de admissão à Faculdade, e que não conhecia sequer os hábitos da casa, perdeu meia-hora da sua prova escrita (O tempo de ir a casa buscar uma gravata), porque Sua Excelência foi inflexível: sem gravata, não!

E' claro, que mesmo de gravata se faziam grandes malandrines na Faculdade de Direito.

É claro, que Sua Excelência, apesar de receber por inteiro o seu ordenado de Director e de professor, só ia à faculdade às 2as, 4as, e 6as, feiras.

Mas ia de gravata!
E nesta insistência, Sua Excelência era desinteressado. Porque, quem se saiba, a CUF não produz gravatas.

JOÃO RIBEIRO

PORTUGAL DEMOCRATICO

DIRETOR RESPONSÁVEL
Otávio Martins de Moura

SUCURSAL
Rio de Janeiro: Rua General Pedra, 215 — Telefone: 43-0202

REPRESENTANTES

RECIFE: Manuel Luis Fernandes e Angelo Ferreira da Silva — Rua Real da Torre, 898 - 1.º

CURITIBA — A. Ferrer — Rua João Pessoa, 67

LONDRINA: Julio Duarte Edifício Centro Comercial, Atpo., 141

FORTALEZA: Dr. Carlos d'Alge — Av. Visconde de Caupe, 2.853 — Ceará

PORTO ALEGRE: Carlos Noronha Feio — R. Dr. Flores, 96 — Rio Grande do Sul

PELOTAS: Heitor M. Bandeira — Rua 7 de Setembro 312 Pelotas — Rio G. do Sul

SALVADOR: Américo Carvalho — Av. Sete, n.º 1 — Edifício Sulacap, 215 — Salvador (Bahia).

INGLATERRA: Grupo de portugueses democratas da Inglaterra (GPDI) 4. Sherwood Gardens, Barking, Essex.

CANADÁ: Portuguese Canadian Democratic Association 47 Barrymore Road — Scarborough — Ontário — Canadá

VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa — Apartado 8287 — Caracas

ARGENTINA — Manuel Lopes — Benito Perez Galdos, 222 — Buenos Aires

URUGUAI — Junta Patriótica Portuguesa del Uruguay — Casilla de Correo, 2.128 — Distrito 5 — Montevideu

CHECOSLOVÁQUIA: João Ribeiro — Postovní Urada — Jindriská, 15 — Schránká 646 — Praha

REDAÇÃO

Rua Conselheiro Furtado, 191 Sala 2 — Caixa Postal 4.469 Tel.: 37-0933 — São Paulo

EXPEDIENTE

Dias úteis: das 19 às 22 horas
Sábado: das 15 às 19 horas

Numero avulso .. Cr\$ 30,00
Assinatura anual .. Cr\$1.000,00
Ass. p/ o Exterior US\$ 10,00

Ano VIII - N.º 78 - Dez. - 63

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade

Criticada a proibição de Delgado entrar em Inglaterra

LONDRES (Do correspondente) — O Partido Trabalhista Britânico criticou violentamente na Câmara dos Comuns a decisão do ministro do Interior, Henry Brooke, de negar visto de trânsito pela Grã-Bretanha ao general Humberto Delgado, ex-candidato da Oposição Democrática Portuguesa à Presidência da República, nas eleições de 1958.

No intuito de justificar sua atitude em face das críticas formuladas, o ministro do Interior declarou durante o debate, que se tornou no dia 20 de Novembro, que o general Delgado havia lançado apelos à insurreição do povo português durante sua anterior passagem por território britânico, causando dificuldades ao governo de Londres em suas relações "com o governo aliado de Portugal".

O líder trabalhista Harold Wilson, insurgindo-se contra a atitude de governamental, salientou que a mesma provocaria o legítimo ressentimento dos democratas portugueses e inevitável descontentamento em várias nações da Commonwealth.

"Seja como for" — reagiu Brooke — creio que a nossa decisão é boa! E comentando as críticas surgidas na imprensa inglesa, segundo as quais o primeiro-ministro teria tomado a iniciativa de proibir a entrada no Reino Unido ao gen. Humberto Delgado, declarou, ao encerrar o debate: "Trata-se de uma decisão que eu mesmo adoptei e pela qual sou inteiramente responsável".

A UDP PROTESTA JUNTO DO "PREMIER" BRITANICO

Ao tomar conhecimento da decisão do governo britânico, a Comissão Executiva da Unidade Democrática Portuguesa enviou ao primeiro-ministro sir Alec Douglas Home, a seguinte carta:

Sir Alec Douglas Home
Primeiro Ministro do Governo do Sua Magestade Britânica

10, Downing Street
LONDRES

Excelência:

A atitude do governo britânico negando visto de trânsito pelo Reino Unido ao general Humberto Delgado, ex-candidato da oposição à Presidência da República Portuguesa, teve, como era de esperar, a mais ampla e desagradável repercussão entre os democratas portugueses do Brasil, país onde vive cerca de 1.000.000 de emigrantes portugueses.

O debate travado a respeito do assunto na Câmara dos Comuns, no dia 20 do corrente e durante o qual o ministro do Interior, Sr. Henry Brooke assumiu plena responsabilidade pela decisão tomada, veio, infelizmente confirmar as disposições inamistosas do governo britânico em relação aos democratas portugueses e a sua determinação de prosseguir na política de sustentação diplomática, financeira e militar da ditadura que há 37 anos oprime o povo de Portugal. É esse facto que registamos com profunda mágoa tirando dele as conclusões necessárias, muito embora as vozes de protesto que se ergueram na Câmara dos Comuns contra a decisão de V. Exa. nos tragam a reconfortante certeza de que a opinião pública britânica não aprova o apoio que o Reino Unido vem concedendo ao regime fascista de Salazar.

Não pode o povo de Portugal, impedido do exercício das liberdades fundamentais, mercê da acção do aparelho policial do regime e da censura à imprensa, manifestar publicamente o que pensa da recusa do visto de trânsito ao general Humberto Delgado. Seria, entretanto, errado interpretar esse silêncio forçado como expressão de uma indiferença inexistente. Gestos como aquele contra o qual levantamos o nosso veemente protesto, levam-nos a crer que o actual Governo de Sua Magestade antepõe o seu desejo de boas relações com o governo ditatorial de Salazar à amizade de um povo com o qual mantém uma aliança velha de seis séculos. Como democratas e portugueses cumprimos um dever lembrando a Vossa Excelência que essa opção, traduzida na decisão da qual acaba de ser vítima o general Delgado em nada contribui para a boa harmonia das futuras relações entre os dois povos.

Atenciosamente,
Pela Comissão Executiva da UDP — aa.) Alexandre Pereira, Antonio Bidarra Fonseca, Augusto Aragão, Manuel Sertório e Miguel Urbano Rodrigues.

Moção de solidariedade aos jornalistas portugueses

O III Encontro Mundial de Jornalistas recentemente realizado em Argel atendeu o apelo que no início dos trabalhos lhe fora dirigido pela Comissão Delegada Provisória da Frente Patriótica de Libertação Nacional e que reproduzimos em nossa última edição. Com base nesse apelo, a delegação argelina submeteu à mesa a moção que abaixo transcrevemos e que foi aprovada pelo plenário.

1 — Considerando que o governo fascista português suprimiu a liberdade de imprensa há 37 anos e quase todos os jornais e revistas democráticas e progressistas editadas em Portugal, mesmo as que eram exclusivamente consagradas a actividades culturais e literárias;

2 — Considerando que a acção permanente e arbitraria da censura da imprensa é acompanhada de um clima político de medidas de repressão e terror para com os jornalistas e de todos os que lutam pela instauração de um regime democrático em Portugal e para a independência dos povos coloniais;

3 — Considerando que o governo de Salazar proibiu a livre associação profissional dos jornalistas, substituindo-a por um sindicato sob controle governamental;

4 — Considerando que o governo de Salazar submeteu a perseguições alguns jornalistas portugueses, forçando-os a deixar o país, ou lançando-os na prisão por causa da sua actividade pela defesa da democracia, da paz e da independência nacional;

5 — Considerando que o governo de Salazar interditou a livre circulação da imprensa estrangeira e impôs à imprensa portuguesa a publicação de versões falsas de artigos de jornais de outros países sobre a situação nacional; considerando que suprimiu passagens fundamentais de documentos de interesse mundial, inclusive da última Enciclica do Papa João XXIII;

6 — Considerando que todos estes factos estão em contradição com os princípios da Carta das Nações Unidas assinada pelo governo de Salazar;

7 — Considerando a situação existente em Portugal no domínio da imprensa e da informação, assim como a situação política em que se exerce a actividade profissional dos jornalistas portugueses, nós, jornalistas do mundo inteiro, reunidos no III Encontro Mundial dos Jornalistas, PROPOMOS que uma comissão de inquérito seja criada pelos participantes deste Encontro, a fim de informar de-

talhadamente a opinião pública mundial sobre as condições nas quais vivem e trabalham os nossos colegas em Portugal.

— Denunciamos à opinião pública internacional o regime colonialista de Salazar e a situação da imprensa e dos jornalistas portugueses;

— Pedimos às Nações Unidas para agir, a fim de que sejam tomadas medidas para que as liberdades democráticas sejam restabelecidas em Portugal; a fim de que o governo de Salazar ponha fim às perseguições policiais e às prisões de jornalistas e de outros patriotas que lutam pela democracia, pela paz e pela liberdade dos povos coloniais;

— Dirigimos um apelo aos jornalistas do mundo inteiro e às suas organizações nacionais e internacionais para vir em auxílio aos nossos colegas de Portugal e das colónias portuguesas.

Justiça de Salazar

Sob a presidência do famigerado juiz Silva Caldeira, terminou no dia 9 de novembro, no Plenário da Boa Hora, o julgamento de cinco patriotas acusados de actividades subversivas. José Ferraz foi condenado em 20 meses de prisão correcional, Antonio da Costa, em 16 meses e Antonio da Glória Pato, em 14 meses, sendo a pena do ultimo suspensa por cinco anos. Os outros dois acusados, José Martins e Guilomar dos Anjos, foram absolvidos por não ter sido possível provar nenhuma das acusações constantes do processo. Entretanto, o Tribunal numa demonstração bem clara do que é a "justiça de Salazar" decidiu aplicar medidas de segurança a José Martins, imediatamente após a sua absolvição. Inocente, foi condenado à prisão perpétua!

Militares mortos em Angola

Nove elementos da Força Aérea e do Exército pereceram num desastre de aviação ocorrido no mês passado próximo de São Salvador de Congo, em Angola. As causas do acidente são desconhecidas, de acordo com a versão oficial, mas tudo parece indicar tratar-se de um ato de sabotagem.

A tripulação do aparelho era formada pelo major Antonio Manuel Tavares Brito, capitão piloto aviador Manuel Gomes, segundo sargento mecânico Ernesto Ferreira Tougenha e primeiro cabo radiotelegrafista Manuel Rei. Os elementos do Exército que viajavam a bordo eram o capitão Trindade Rei, os furriéis Rodrigues Ferreira da Cunha, José Antonio Marques Pereira e José Antonio Barão Navaz e o primeiro cabo Antonio Costa Lopes Cardoso.

Ultima Hora

Grave derrota de Salazar na ONU

Nova York — Por 87 votos a favor, 3 contra e 11 abstenções, a 4.ª Comissão da Assembléa Geral das Nações Unidas aprovou um projeto de resolução apresentado pelos países africanos convocando o Conselho de Segurança e instando o mesmo para que tome as medidas necessárias à aplicação da Resolução de 31 de julho.

Recorda-se que a mencionada Resolução do Conselho de Segurança pede ao governo português que reconheça o direito das suas colónias à autodeterminação e à independência, cesse as medidas de repressão em curso com a retirada das forças militares, conceda anistia geral e inicie negociações com os movimentos nacionalistas. O projecto africano ora aprovado relembra a todos os Estados membros do O.N.U. que devem abster-se de prestar a Portugal qualquer tipo de ajuda susceptível de contribuir para a repressão aos movimentos nacionalistas, nomeadamente o fornecimento de armas e equipamento militar.

O Brasil figurou entre as nações que se abstiveram. Entretanto, o seu representante, embaixador Carlos Bernardes, pronunciou-se pela autodeterminação e

UBE contra Salazar

Por motivo das prisões feitas recentemente pela FIDE, a União Brasileira de Escritores enviou ao escritor Ferreira de Castro, Presidente da Sociedade Portuguesa de Escritores, a seguinte carta: Senhor Presidente:

A União Brasileira de Escritores tomou conhecimento, através de telegramas publicados na imprensa brasileira, da prisão de alguns dos mais ilustres escritores portugueses, valendo destacar os nomes de Alves Redol, Alexandre Cabral, Alberto Ferreira, além do crítico cinematográfico Vasco Granja.

A reacção dos meios intelectuais paulistas foi de justa revolta e inquietação. Por resolução unânime de reunião de diretoria desta entidade, de 27 do presente, deliberou-se emprestar irrestrita solidariedade de aos escritores detidos.

Os nossos protestos de elevada estima e consideração".

(a) Luiz Toledo Machado
Presidente em Exercício

☆

A União Brasileira de Escritores dirigiu também ofício ao Presidente da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, solicitando providencias contra mais este atentado da ditadura salazarista à liberdade de pensamento.

independência das colónias portuguesas, esclarecendo que não votara a favor da convocação do Conselho de Segurança apenas porque aquele organismo já marcara sua reunião para ouvir o relatório do secretário-geral U Thant sobre o assunto, nos termos da própria Resolução de 31 de julho.

A morte do presidente Kennedy

Ao tomar conhecimento do assassinio do Presidente Kennedy, o General Humberto Delgado, enviou o seguinte telegrama ao Embaixador dos Estados Unidos no Rio de Janeiro: "Em nome da Oposição Portuguesa e pessoalmente, venho apresentar a Vossa Excelência e, por seu intermédio, ao Povo e Governo dos Estados Unidos, a expressão profundamente sentida das



nossas condolências pela morte do jovem, dinâmico, cavalheiresco e estimado John Kennedy. Não apenas a sua Nação mas o Mundo inteiro estão de luto pela perda de um altíssimo valor humano, dos que sabia viver o momento evoluiu por que passamos.

Respeitosos cumprimentos."

Gen. Humberto Delgado

O Gen. Delgado sairá do Brasil no decurso deste mês, vindo despedir-se de seus correligionários de São Paulo no próximo dia 5. Está sendo organizado um jantar em sua homenagem, que se realizará pelas 20 horas daquele dia.

Inscrições em nossa Redacção: telefone: 37-0933.



PORTUGAL DEMOCRATICO
R. Cons. Furtado, 101, CP. 4469 — SP, Brasil
Endereços de Assinantes